

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS  
EDUCAÇÃO FÍSICA - BACHARELADO**

**MARIA CLARA GRAZZIOTTI LOUZADA**

**AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPORTE E A FORMAÇÃO DE  
BACHARÉIS EM EDUCAÇÃO FÍSICA: ANALISANDO A PRODUÇÃO  
ACADÊMICA ENTRE 2013 E 2023**

**VITÓRIA – ES**

**2023**

MARIA CLARA GRAZZIOTTI LOUZADA

**As relações de gênero no esporte e a formação de bacharéis em Educação Física: analisando a produção acadêmica entre 2013 e 2023**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Bacharelado de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação Física e Desportos como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Educação Física.

Orientação: Ileana Wenez

**VITÓRIA – ES**

**2023**

## AGRADECIMENTOS

*Às mulheres.*

*Às suas resistências. Às suas inquietudes. Às suas lutas.*

À Sandra,

Márcia, Iva, Jana, Fernanda, Letícia, Marina,

Ileana,

Mulheres que me inspiram força e sabedoria, muito obrigada!

Aos homens que fortalecem meu *ser mulher*,

Vander, Emanuel, José, Romildo, Michel, Marcus, João, Valquimar, Fabrizioo.

Ao Gabriel,

Agradeço!

Ao Instituto Federal do Espírito Santo, à Universidade Federal do Espírito Santo, ao Laboratório de Estudos em Educação Física, ao Serviço de Orientação ao Exercício, e colegas, obrigada por fazerem parte da minha formação.

## RESUMO

O objetivo do estudo foi verificar as tratativas de gênero nos esportes, relacionando-as com a formação do bacharelado em Educação Física na produção acadêmica no período de 2013 a 2023. Realizou-se uma revisão bibliográfica de artigos nas bases de dados *Scielo*, *Google Scholar* e Periódico Capes, nessa ordem, com a temática gênero, esporte e formação, publicados na língua portuguesa. Utilizou-se combinações com as seguintes palavras-chaves: gênero, esporte, prática esportiva, bacharelado, educação física, formação inicial, formação, graduação, currículo, no período 2013 a 2023. Selecionou-se 20 artigos para análise de conteúdo. Observou-se que a explicação biológica predominante sobre as questões de gênero vem sustentando, ao longo da história, desigualdades entre homens e mulheres. Dessa forma, o fenômeno esportivo recebeu contribuições importantes a partir dos estudos feministas, os quais denunciam a representação dos corpos femininos e masculinos pautados na ordem biológica e anatômica, uma vez que esses corpos estão atravessados por fatores sociais e culturais os quais determinam os papéis de gênero. Visto que os esportes têm expressado valores *socialmente* ligados à masculinidade hegemônica, por meio dos artigos elencados nessa revisão, notou-se desafios e barreiras para o *ser* mulher esportista, entre eles: discursos de esportes mais aptos para meninos e meninas, restrição ou proibição ao acesso aos esportes pela família, restrição ao maior nível de treinamento por treinadores e colegas, julgamentos preconceituosos, descredibilidade e invisibilidade. Apesar das dificuldades, as mulheres elencadas neste estudo buscaram garantir sua legitimidade e resistiram aos desafios encontrados. A própria permanência no esporte é uma resistência. *Elas* vêm ocupando e se apropriando cada vez mais dos locais ditos “inapropriados”.

Palavras-chave: Gênero. Esportes. Formação. Bacharelado em Educação Física.

## SUMÁRIO

1. Introdução	6
2. Objetivos	8
2.1 Objetivo Geral	8
2.2 Objetivos específicos	8
3. Marco teórico conceitual	9
3.1 Formação inicial do bacharelado em Educação Física	9
3.2 Esporte	12
3.3 Gênero	15
4. Metodologia	20
5. Resultados e discussão	23
5.1 A “História” de “Mulheres” e os esportes	23
5.2 Mulheres e gêneros <i>nos</i> esportes	26
5.3 Gêneros, esportes e a formação do bacharel em Educação Física	35
6. Conclusões	40
7. Referências Bibliográficas	42

## 1. INTRODUÇÃO

A emergência da categoria de análise “gênero” (SCOTT, 1986) inaugurou novas possibilidades para compreender os esportes e os fenômenos socioculturais que os circundam. Neste contexto, gênero pode ser considerado um instrumento de desnaturalização das desigualdades sociais entre femininos e masculinos (MEYER, 2003). Apesar de haverem estudos que relacionam tais temáticas, há a necessidade de continuar o aprofundamento das investigações, já que a participação esportiva masculina nos esportes até hoje é muito maior que a feminina, e que apesar do aumento histórico da participação feminina nos esportes, as mudanças sociais em torno disso ainda são mínimas (KANE; GREENDORFER, 1994). O Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento aponta que homens têm 28,4% de chance de serem mais ativos que as mulheres no Brasil, e além disso, mostra também que dentre as atividades físicas preferidas por mulheres estão aquelas ligadas ao fitness e caminhada, variando conforme a idade, mas principalmente evidencia o afastamento de modalidades esportivas (PNUD, 2017).

O presente estudo busca adentrar às produções acadêmicas sobre as tratativas de gênero nos esportes, relacionando-as com a formação do bacharelado em Educação Física, a qual “vem apresentando intensos debates, principalmente desde a década de 1980, quando a área começou a questionar seu papel na sociedade e as consequências para a formação profissional” (CRUZ et al., 2019 apud KREUGER, RAMOS, 2023, p. 3). Por meio da formação, o profissional tem acesso à sistematização de conhecimentos tidos como importantes para o exercício profissional. O currículo é a formalização do conteúdo que subsidia a formação do corpo discente, entretanto constitui-se como um espaço de disputas e tensionamentos em constante construção (SACRISTÁN, 2013) e que “apesar da aparente neutralidade com que são concebidos, sempre estiveram atrelados à história dos conflitos de classe, raça, sexo, religião, etc” (PARAÍSO, 1997, p. 25). Isso significa que os saberes preconizados no currículo são regidos por um pensamento social dominante, que no contexto brasileiro, adquire uma forte identidade masculina e machista.

Frente ao paradigma vigente, é notório o relevante papel que o profissional de educação física possui, uma vez que, através de suas ações pedagógicas, são capazes de mobilizar processos importantes na sociedade. Ao verificar que o esporte tem se mostrado como um espaço generificado e generificador (GOELLNER et al, 2009), busca-se compreender os tensionamentos na formação profissional em educação física acerca desigualdades de gênero com vistas à minimização de seus efeitos no meio esportivo, ou seja, averiguar se a formação

profissional tem preparado o bacharel em Educação Física para o enfrentamento de tais questões.

Através dos dados encontrados na revisão bibliográfica da produção acadêmica sobre as temáticas de gênero, esportes e formação do bacharelado, os resultados estão subdivididos em três categorias de análise, em “‘História’ de ‘Mulheres’ e os esportes” se apresentará o gênero como uma importante categoria de análise da história da humanidade e no fenômeno esportivo; em “Mulheres e gêneros nos esportes”, será exposto os atravessamentos de gênero e algumas modalidades esportivas por meio, principalmente, de estudos etnográficos; e, por último, em “Gênero, esportes e formação do bacharel em Educação Física” será observado as contribuições da literatura acadêmica sobre a formação do bacharelado em Educação Física quanto aos atravessamentos de gênero nos esportes.

## **OBJETIVOS**

### **2.1. GERAL:**

Verificar a problematização sobre gênero e esportes e formação do bacharelado em Educação Física na produção acadêmica no período de 2013 a 2023.

### **2.2. ESPECÍFICOS:**

- a) Identificar qual conteúdo sobre gênero e esporte emerge na produção acadêmica no período de 2013 a 2023;
- b) Analisar a formação inicial do profissional em Educação Física no que tange a temática de gênero vinculada aos esportes dentro da produção acadêmica de 2013 a 2023.

## 2. MARCO TEÓRICO CONCEITUAL

### 3.1. FORMAÇÃO INICIAL DO BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Ao discorrer sobre a formação do profissional em Educação Física no Brasil, e mais intimamente a formação do bacharel, recorreremos ao estudo de Souza Neto (et al, 2004) e Silva (2012) que buscaram identificar os aspectos inerentes a constituição deste campo profissional.

Entre 1824 e 1931 os exercícios físicos tornam-se populares no Brasil, nessa época, os exercícios eram meio de alcançar o preparo físico no contexto militar, por meio da aprendizagem das ginásticas, sob uma forte perspectiva médica e fisiológica. Neste momento histórico, a Educação Física era tomada como forma de higiene do corpo, em que por meio de suas práticas, objetivava-se formar uma sociedade de *homens* sadios e fortes. Mais tarde, após 1930, também se intensificaram os interesses dos exercícios físicos voltados para a defesa pessoal, nos jogos e nos esportes.

A partir dessa valorização, se originaram as primeiras tentativas de compor uma formação profissional sistematizada. O primeiro curso civil de Educação Física relatado por Souza Neto (et al, 2004) é o curso da Escola de Educação Física do Estado de São Paulo, criado em 1931, mas que só começou a funcionar em 1934.

Dessa forma, entre 1932 a 1945, começou a estruturar-se uma reivindicação do espaço da Educação Física, mediado principalmente pela revista *Educação Física: Revista de Esporte e Saúde*, a qual exerceu forte influência sobre os profissionais, apoiando-se na ideia da elite dominante de patriotismo e eugenia do povo brasileiro. A Constituição de 1937 torna a Educação Física obrigatória nas escolas, o que abriu margem para a exigência de um currículo para a formação, o que ocorreu em 1939 com o decreto-lei n. 1.212 que criou a Escola Nacional de Educação Física e Desportos e determinou as diretrizes para a formação profissional e concomitantemente, a obrigatoriedade do diploma da graduação para exercício da profissão.

Entre 1945 e 1968, “a formação do professor passou a exigir um currículo mínimo e um núcleo de matérias que procurasse garantir formação cultural e profissional adequadas” (SOUZA NETO et al, 2004, p. 118), assim, os pareceres do Conselho Federal Educação (CFE) n. 292/62 e n. 627/69 estabelecem os currículos mínimos para a licenciatura e um núcleo de matérias pedagógicas (SOUZA NETO et al, 2004).

Já nos anos 60, com a inauguração do esporte como um fenômeno de massas e o início de um governo militar no Brasil é feita a Reforma Universitária 1968, trazendo um modelo de Universidade científica.

Para complementar, nos anos 1970, observou-se um aumento significativo no interesse por cursos de formação inicial em Educação Física, especialmente para atuar no esporte como preparador físico ou técnico esportivo, mesmo fora das escolas. Até aqueles que buscavam se tornar professores de Educação Física nas escolas foram incentivados a valorizar as modalidades esportivas, visto que, na época, o esporte era considerado uma ferramenta educativa. Por razões políticas, econômicas, e contanto a justificativa de que os esportes deveriam ser utilizados para alcançar os objetivos da Educação Física, eles foram gradualmente integrados às grades curriculares (SILVA, 2012). A partir de então, grande parte dos estudantes que ingressavam nos cursos de Educação Física buscavam, na verdade, certificações para atuar no campo esportivo.

Junto a isso, no final da década de 1970, o campo da Educação Física passava por disputas epistemológicas, quando o dito Movimento Renovador iniciava as “reflexões sobre a ruptura com o chamado Paradigma da Aptidão Física” (VARGAS, CUNHA JUNIOR, 2018, p. 777), em que se questionava a aptidão física e esportiva que sustentavam a prática pedagógica escolar da época. Os movimentos renovadores da educação física se valem da filosofia em torno das identidades e valores do ser humano, dando ênfase ao humanismo na pedagogia. Obviamente, esse movimento implicava em novas formulações dos currículos dos cursos superiores.

O desafio tornou-se criar cursos distintos para atender aos diversos interesses de atuação. O Parecer nº 03 do Conselho Federal de Educação, em 1987, permitiu que as instituições propusessem cursos de bacharelado, diferenciando-os dos cursos de licenciatura já existentes (SILVA, 2012). Mesmo com a nova divisão de licenciatura e bacharelado, muitas Instituições de Ensino Superior ainda mantiveram uma formação dupla, chamada de licenciatura plena ou ampliada, que titulava as duas formações (SOUZA NETO et al, 2004).

No final do século XX, com a LDBEN n. 9.394/96, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a regulamentação da Lei 9696/98, novas arquiteturas de currículo passam a ser vislumbradas (Souza Neto et al, 2004). Com a Resolução o Conselho Nacional de Educação (CNE), de 31 de março de 2004, foi finalmente concebida a separação das habilitações, assim, desde 2005 a formação profissional em Educação Física encontra-se organizada em licenciatura e bacharelado. A licenciatura se incumbiu de formar professores para área escolar enquanto o

bacharelado oferece formação de profissionais que atuarão nos demais campos, como esporte, saúde e lazer. (MILISTETD et al, 2015).

Atualmente, a estrutura curricular do bacharelado em Educação Física tem base na Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018<sup>1</sup>, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. Ela estipula uma Etapa Comum e Específica para a formação no bacharelado.

Art. 6º A Etapa Comum, cuja conclusão possibilitará a autonomia do discente para escolha futura de formação específica, contempla os seguintes conhecimentos: I - Conhecimentos biológicos, psicológicos e socioculturais do ser humano (a exemplo do fisiológico, biomecânico, anatômico-funcional, bioquímico, genético, psicológico, antropológico, histórico, social, cultural e outros), enfatizando a aplicação à Educação Física; II - Conhecimentos das dimensões e implicações biológicas, psicológicas e socioculturais da motricidade humana/movimento humano/cultura do movimento corporal/atividade física (a exemplo de fisiologia do exercício, biomecânica do esporte, aprendizagem e controle motor, psicologia do esporte e outros); III - Conhecimento instrumental e tecnológico (a exemplo de técnicas de estudo e pesquisa - tipos de conhecimento, técnicas de planejamento e desenvolvimento de um trabalho acadêmico, técnicas de levantamento bibliográfico, técnicas de leitura e de documentação; informática instrumental - planilha de cálculo, banco de dados; técnicas de comunicação e expressão leiga e científica e outros), enfatizando a aplicação à Educação Física; IV - Conhecimentos procedimentais e éticos da intervenção profissional em Educação Física, a exemplo de código de ética, diagnóstico e avaliação, estratificação de risco, variáveis de prescrição do exercício, meio ambiente e sustentabilidade, diversidade cultural, diferenças individuais e outros. Parágrafo único. A formação ética em Educação Física, de que trata o caput, deverá incluir, ainda, a prevenção do uso de meios ilícitos e danosos à saúde no cotidiano das práticas corporais, especialmente nas de caráter competitivo ou que visem ao desenvolvimento físico de crianças e adolescentes (BRASIL, 2018).

Com relação a etapa específica, a Resolução 06/2018, resolve:

Art. 18 A Etapa Específica para a formação do Bacharel em Educação Física deverá ter 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais e ser concebida, planejada, operacionalizada e avaliada, qualificando-o para a intervenção profissional em treinamento esportivo, orientação de atividades físicas, preparação física, recreação, lazer, cultura em atividades físicas, avaliação física, postural e funcional, gestão relacionada com a área de Educação Física, além de outros campos relacionados à prática de atividades físicas, recreativas e esportivas; [...] Art. 19 O Bacharel em Educação Física terá formação geral, humanista, técnica, crítica, reflexiva e ética, qualificadora da intervenção profissional fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética em todos os campos de intervenção profissional da Educação Física (BRASIL, 2018).

Além do mais, Segundo Silva (2003 apud Marinho e Santos, 2012), os bacharéis em Educação Física devem desenvolver habilidades e competências como

responsabilidade, autonomia, honestidade, atitude crítica, criatividade e originalidade, organização, controle emocional, adequado relacionamento humano interpessoal,

---

<sup>1</sup> Essa Resolução sofre críticas de autores da área. Ao que parece ela visa atender o mercado das instituições privadas, já que pode reduzir os dois cursos em um (BENDRATH, 2023). Além disso, alguns autores vêm apontando que a estrutura curricular com base nessa Resolução pode fortalecer uma concepção do professor técnico-esportivista (FIGEIREDO; ALVES; ANDRADE FILHO, 2021).

segurança, busca constante de novos conhecimentos, ética, bom senso, busca de eficiência, respeito à vida e ao seu semelhante, profissionalismo, disciplina, autoridade, liderança, compreensão humana, voltados para a cidadania e a democracia, e rigor técnico e científico (p.254)

Para que essas habilidades sejam desenvolvidas se faz preciso uma formação que preconize o diálogo entre teoria-prática, isso quer dizer que as fundamentações teóricas científicas devem estabelecer articulações com as situações da prática profissional, “balizadas por posicionamentos reflexivos que tenham consistência e coerência conceitual” (p. 254).

A estruturação do currículo é um campo de constantes disputas e tensionamentos, por meio dele é delineada uma identidade cultural e profissional. Para Vargas e Cunha Junior (2018, p. 766), “o currículo se relaciona claramente tanto às questões epistemológicas, ou seja, aos conteúdos registrados nos documentos, bem como às de construção das identidades dos sujeitos”. Pode-se dizer que o currículo é influenciado por questões socio-políticas dominantes. Deste modo, o currículo transfere às disciplinas as pretensões empreendidas por um contexto político, e isso é refletido na identidade profissional.

A partir dessa fala introdutória sobre formação inicial em Educação Física, mais precisamente a categoria do bacharelado, neste momento é necessário adentrar aos conceitos do fenômeno esportivo e como ele se articula à formação.

### **3.2. ESPORTE**

Não é difícil deparar, todos os dias, com alguma mensagem relativa ao esporte. É muito comum ouvir comentários sobre jogos, ver manchetes em jornais, transmissões de eventos ao vivo, venda de materiais e recomendações para prática esportiva, garotos jogando futebol na rua, no clube, em casa, na escola, ou seja, este fenômeno está presente na cultura e nos costumes da sociedade contemporânea.

Quando amigas jogam alinha na praia, ou alunos praticam handebol na aula de Educação Física, todos estão praticando esportes? E quando os/as jogadores/as disputam uma partida no campeonato brasileiro de futebol? “É possível falar sobre todas essas formas de manifestação sob um único conceito predominante?” (MARQUES, ALMEIDA E GUTIERREZ, 2007, p. 227).

Para Marques, Almeida e Gutierrez, (2007, p.225) as facetas que o esporte assume são diversas, “suas atividades são direcionadas pelos indivíduos participantes, que dão diferentes sentidos às ações de acordo com seu papel social, intenções, expectativas e conhecimentos”. Isso significa dizer que se baseando na interpretação de suas regras, o esporte pode assumir diferentes características que perpassam pelo sentido conferido pelos participantes, portanto, profundamente relacionado aos fatores culturais e sociais atribuídos pelos praticantes.

Para entender o fenômeno esportivo, recorreremos a Teoria Crítica do Esporte, que estabelece a origem do esporte contemporâneo ao “progresso” da sociedade capitalista” (ATHAYDE et al, 2016, p. 492). Nesta linha de pensamento, os autores explicam que o fenômeno esportivo exerceu diversos papéis na lógica capitalista. Na Segunda Guerra Mundial serviu de aparelho ideológico e propagandístico de regimes como nazismo e fascismo. Durante a Guerra Fria, foi utilizado também como propaganda de sucesso de cada ideologia em disputa (socialismo x capitalismo), sendo que nesse momento histórico o esporte passa a mostrar novos sentidos, como o aumento de possibilidade de prática e principalmente a sua especularização como fim político e comercial (MARQUES, ALMEIDA, GUTIERREZ, 2007). Como um desdobramento do esporte moderno, na contemporaneidade, os símbolos que os esportes representam encontram-se intrinsecamente vinculados ao entretenimento,

guiadas pelo signo mercadológico, que almejam explorar até limites inesgotáveis os predicados e estimacões esportivas presentes no senso comum, bem como ditar padrões culturais (esportivos), difundidos a partir dos meios de comunicação, sobretudo a televisão (ATHAYDE et al, 2016, p. 493).

Assim, o esporte contemporâneo ainda mantém um forte caráter funcional e simbólico explorado principalmente pela mídia. Isso se torna potente quando se observa o impacto de uma conquista olímpica. O sucesso nas Olimpíadas garante à nação vencedora um status de superioridade que extrapola a dimensão esportiva, sendo associada também aos aspectos sociopolíticos e culturais daquele povo.

Essa breve retomada histórica objetiva resgatar as facetas do fenômeno esportivo para entender como ele encontra-se hoje. Portanto, ainda resta a dúvida: o que é o esporte?

O esporte seria um fenômeno sócio-cultural que engloba diversas práticas humanas, norteadas por regras de ação próprias, regulamentadas e institucionalizadas, direcionadas para um aspecto competitivo, seja ele caracterizado pela oposição entre sujeitos ou pela comparação entre realizações do próprio indivíduo, que se manifestam através da atividade corporal. Essas práticas podem ou não se expressar através de confrontos diretos entre sujeitos, de mensuração de performances, de nomeação de vencedores ou destaques, mas sempre expressam o desejo de realização do ser humano que encarna a necessidade, entre outras, de emocionar-se, superar-se, jogar, brincar e comunicar-se (MARQUES, ALMEIDA, GUTIERREZ, 2007, p. 229).

Mais do que conceituar o termo esporte, é necessário compreender suas formas de manifestação. Baseando-se em Stigger (2002), Marques, Almeida e Gutierrez (2007) apontam que o esporte engloba várias manifestações considerando seus diferentes contextos, e sugerem ainda duas esferas que as compõe: a) sentido da prática; b) modalidade da prática.

Eles explicam que a primeira categoria aborda as motivações por trás da prática e os valores

que ela transmite. O propósito é moldado pelas condições sociais, culturais e históricas dos indivíduos, influenciando a concepção da atividade por meio do "Efeito de Apropriação" (BOURDIEU, 1990 apud MARQUES, ALMEIDA E GUTIERREZ, 2007). O esporte, como fenômeno cultural em constante transmissão e renovação, reflete os valores de seus praticantes. Esses valores variam conforme o propósito da prática, distinguindo, por exemplo, atividades que promovem segregação, competição objetiva e comparações daquelas que enfatizam inclusão, autovalorização e cooperação, sendo que essas últimas podem promover o desenvolvimento humano. Essa distinção é observada entre práticas esportivas de alto rendimento quando comparadas às atividades de lazer.

Ainda segundo o texto de Marques, Almeida e Gutierrez (2007), a segunda categoria diz respeito às diversas modalidades esportivas, cada uma caracterizada por suas próprias regras e normas de ação. As modalidades esportivas são autônomas em relação às suas determinações legais e, em muitos casos, à sua história. Muitas delas são regulamentadas por entidades específicas (federações, associações, confederações, ligas) que estabelecem normas para a prática. Exemplos de modalidades esportivas incluem futebol, tênis, voleibol, ginástica artística, esgrima, hipismo, etc.

Sendo assim, os autores concluem que toda prática esportiva se expressa por meio de um propósito (uma razão de existir, transmitindo valores) e uma modalidade específica (mesmo que as regras adotadas sejam adaptadas ou criadas pelos praticantes). Não há diversos tipos de esportes, mas sim diversas manifestações do fenômeno esportivo.

As manifestações do fenômeno esportivo não podem ser rigidamente classificadas, pois derivam de inúmeras combinações de possibilidades de prática. Compreender essas manifestações exige uma análise complexa desse fenômeno. Por exemplo, uma partida de futebol difere de uma partida de basquete como forma de manifestação devido às modalidades distintas. Da mesma forma, uma partida de handebol entre profissionais difere de uma amadora devido aos propósitos contrastantes (MARQUES, ALMEIDA, GUTIERREZ 2007). Portanto, o esporte abarca dimensões diversas, que extrapolam o rendimento (GOELLNER, 2005).

Daí surge a inquietação: se o esporte apresenta diversas caras, e suas manifestações são heterogêneas, como o profissional atuante na área – o bacharel em Educação Física – é preparado para intervir nos múltiplos vieses esportivos?

Ao retomar as direções apontadas na Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018, é evidenciado no Artigo 18 que o bacharel em Educação Física deve desenvolver as seguintes habilidades, no que tange o ensino dos esportes:

[...] b) pesquisar, conhecer, compreender, analisar e avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões da motricidade humana e movimento humano, cultura do movimento corporal, atividades físicas, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas, da dança, visando à formação, à ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para a adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável; [...] d) intervir acadêmica e profissionalmente de forma fundamentada, deliberada, planejada e eticamente balizada em todas as manifestações do esporte e considerar a relevância social, cultural e econômica do alto rendimento esportivo [...] (BRASIL, 2018)

Silva (2012) sugere, que para um profissional ser capaz de atuar nas áreas esportivas, o currículo deve conter disciplinas

de formação geral (tanto de caráter biológico, quanto as de caráter humanístico); de conhecimento específico – aplicação e estabelecimento de relações entre as primeiras e o Esporte como fenômeno mais amplo; aplicadas – todo o conhecimento anterior aplicado a uma ou a um grupo de modalidades esportivas ou atividades relacionadas à prática esportiva (aspectos técnicos, táticos, relacionados a um determinado tipo de modalidade esportiva) (p.476).

A autora enfatiza ainda que pautar os ensinamentos de esportes apenas nos gestos técnicos e táticos é ser reducionista, assim, a introdução de disciplinas de cunho humanístico é imprescindível no processo de formação pois é preciso compreender os significados e ressignificados que as pessoas e grupos atribuem aos esportes (DAOLIO, 1998).

Como foi visto, a intervenção profissional no campo dos esportes abarca uma diversidade de saberes, conhecimento e competências formalizados nos documentos que regulam a formação inicial. Mas e quando se trata da intervenção esportiva preocupada com a promoção de oportunidades igualitárias nos esportes, como por exemplo, igualdade de gênero? Antes de adentrar a essa problematização, é necessário compreender o que é gênero e porque essa categoria é tão importante ao analisar o fenômeno esportivo.

### **3.3. GÊNERO**

Ao falarmos de gênero é indispensável mencionar os estudos da norte-americana Joan Scott que se materializou no clássico “Gender, a useful category of historical analysis” (1986). Para a Goellner (2007), ao considerar o gênero como uma categoria de análise, Scott abre possibilidades para os estudos das mulheres, pois enfatiza a distinção entre sexo e gênero. Para Scott (1995, p. 86), gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, por isso não deve ser confundido com as distinções

anatômicas e biológicas entre homens e mulheres. Em outras palavras, a partir das distinções anatômicas e cromossômicas dos corpos, são apresentados “comportamentos e estereótipos pré-definidos social e culturalmente para cada sexo” (BITTENCOURT, 2019, p. 12),

importa aqui enfatizar que a diferenciação entre homens e mulheres conferiu historicamente um lugar de destaque para os homens e de figuração para as mulheres, de modo que, ainda hoje é possível encontrar discursos de inferiorização e submissão da mulher ao homem como se fossem dados naturais e biológicos (BITTENCOURT, 2019, p. 13).

Por meio do gênero como análise, tornou-se possível questionar a construção das feminilidades e masculinidades a partir exclusivamente das características biológicas e que essas características justificam determinadas desigualdades, atribuem funções sociais, determinam papéis a serem desempenhados por um ou outro sexo (GOELLNER, 2001 apud GOELLNER 2007, p.183), sendo que historicamente esses papéis sociais têm subjogado as identidades femininas, de forma que as mulheres têm estado num local de inferioridade nas mais diversas esferas sociais, inclusive nos esportes.

Um ponto a ser destacado é o entendimento de que as *feminilidades* e *masculinidades* devem ser escritas – e entendidas – de forma plural, literalmente. Isso porque “os sujeitos são apenas homens ou mulheres, mas homens e mulheres de várias etnias, classes, religiões, gerações, etc. portanto, há diferentes mulheres e diferentes homens sendo que suas identidades se constroem ao longo da vida através de inúmeras práticas sociais” (GOELLNER, p. 2007), dado isso, “a percepção de que o sujeito universal não passa de uma invenção” (GOELLNER, 2007, p. 180), assim como os conceitos de beleza, saúde, performance e sexualidade.

Goellner enfatiza que, ao entender que os corpos não são produtos unicamente naturais, a utilização de gênero como categoria de análise se torna imprescindível pois “esse conceito é importante para perceber os processos pelos quais, no interior de redes de poder, a diferença biológica é tomada para explicar desigualdades sociais gestando, assim, formas de inclusão e exclusão de sujeitos e grupos” (2007, p. 183).

Quando trata-se de redes de poder, recorre-se a Michel Foucault (1989). Para ele, as relações de poder não são unilaterais e verticais, existe uma rede de relações de poder, onde o dominador e dominado negociam/aceitam/resistem entre si. Quando falamos das marcações de gênero e sexualidade, onde preconiza-se, sob a ótica biologicista, o que cada corpo pode ou não pode (BITTENCOURT, 2019) o gênero masculino encontra-se privilegiado (dominador) no espaço das práticas corporais em detrimento do gênero feminino (dominado). Seja qual for a instituição, define identidades através das relações de poder. Louro (1999, p. 11) entende que

“as identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade”.

Neste momento, é importante diferenciar os conceitos de gênero e sexualidade, já que “nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente” (LOURO, 1997, p. 27), como dito anteriormente, gênero é a construção cultural sobre o sexo, já a sexualidade “tem tanto a ver com as palavras, as imagens, o ritual e a fantasia como com o corpo” (WEEKS, 1993, p. 6), ou seja, se relaciona com desejos, performances corporais e prazeres, que podem ser expressos de diversas maneiras. A sexualidade é uma das características que comumente é colocada na ‘caixinha’ de estereótipos de cada gênero. O que se denomina heteronormatividade é a concepção de que apenas são normais os comportamentos heterossexuais, “como uma consequência, todos os sujeitos e comportamentos que não se ‘enquadrem’ dentro dessa lógica ou não são percebidos ou são tratados como problemas e desvios” (LOURO, 1997, p. 76 - 77). Apesar deste trabalho se concentrar na categoria analítica gênero, as sexualidades estão imbricadas nessas problematizações.

Bittencourt (2019, p. 17) enfatiza que as implicações de gênero “[...] trazem à tona modos de compreender o que significa ser menino e ser menina”, na sociedade em geral, na Educação Física e nos esportes, já que esses fenômenos não se encontram às margens da sociedade. Nota-se que enquanto meninos têm ocupado um lugar privilegiado e de destaque, as meninas são tomadas como figurantes e visitantes. Para ela, isso ocorre porque o esporte e a Educação Física de modo geral

tem disseminado valores como combatividade, agressividade, controle das emoções e força, características profundamente ligadas ao gênero masculino, reservando escassos espaços para a feminilidade, o que significa dizer que enquanto os alunos possuem maior liberdade de expressão corporal, as meninas têm seus corpos controlados a atividades delicadas e consideradas como ‘fáceis’ (JORDAN, et. al, 1999 apud BITTENCOURT, 2019, p. 17).

Para Goellner (2010, p. 72), “em nome desses marcadores identitários, muitos sujeitos têm sido excluídos de vários direitos sociais, inclusive o acesso e a permanência ao esporte e ao lazer”. Os marcadores identitários citados pela autora não podem atender uma teoria de que existem esportes mais apropriados para homens e mulheres, pois a) a dicotomia entre características atribuídas ao feminino e masculino, traduzida no binarismo, não pode ser sustentada, pois nos corpos as feminilidades e masculinidades se misturam. Isso quer dizer que se pode encontrar a combatividade e agressividade em mulheres e delicadeza em homens, características tipicamente adotadas como do gênero oposto. Portanto, ao criar atributos masculinos e

femininos, relacionando-os ao sexo, se invisibiliza a infinidade de corpos que se encontram entre os polos desse espectro; e b) os esportes se designam pela sua capacidade de adaptação contextual, suas manifestações são heterogêneas, isso quer dizer que ele se expressa pelo sentido que lhe é dado, em que estes sentidos nem sempre estão atrelados ao rendimento (MARQUES, ALMEIDA, GUTIERREZ, 2007), tampouco deveriam ser assinalados unicamente pelo gênero do praticante.

Para que seja possível intervenções que tensionem os discursos e atitudes discriminatórias, é necessário que o profissional de Educação Física tenha uma formação que subsidie isso, ou seja, que contribua para o acúmulo de saberes sobre gênero que sejam transformados em movimentos de mudança do paradigma vigente. (JUNIOR, 2020; RIBEIRO, 2021). Unbehaun (et. al., 2010) afirmam que “a formação para lidar com questões culturais (como as de gênero, homofobia, sexismo) já na graduação ajudará o/a jovem profissional a iniciar na carreira com olhar sensibilizado para essas questões” (p. 9).

Apesar da notável importância dos temas transversais – como as discussões de gênero – na formação do profissional de Educação Física, Pasquali e Cabral (2013) afirmam que “as temáticas de gênero e de sexualidade são alvos de preconceito social, o que dificulta a entrada dessas discussões no processo de formação inicial e continuada” (p. 21). Bittencourt (2019) corrobora com essa narrativa explicando que esses temas são pormenorizados e, precisamente, invisibilizados nas formações iniciais. Para Moreira, (1997, p. 26 apud SANTOS 2008, p. 58), “é preciso valorizar ‘a fronteira’ e os ‘discursos silenciados’, além de ter especial atenção ao currículo oculto que valida ‘a desigualdade e opressão’”, os autores apontam, então, que trazer à tona temáticas silenciadas do currículo é um meio de tensionar os discursos e posturas que sustentam preconceitos. Por isso, é necessário o ensino sistematizado que aborde os temas de gênero e sexualidade na formação inicial de bacharelados em Educação Física.

Com base nas ideias supracitadas torna-se evidente que, por meio das práticas pedagógicas dos profissionais de Educação Física que atuam no esporte, é possível realizar avanços sociais no que tange a igualdade de gênero. Altmann, Ayoub e Amaral (2011), através de entrevistas com profissionais de Educação Física que se utilizam de práticas pedagógicas que contribuem na desconstrução de estigmas de gênero, perceberam que tais processos de ensino-aprendizagem possibilitam o tensionamento de discursos preconceituosos como o de que existem diferentes esportes para meninos e meninas ou que as meninas são menos aptas aos esportes do que os meninos.

A seguir, serão apresentados os percursos metodológicos para o desenvolvimento da presente pesquisa.

### 3. METODOLOGIA

A presente pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, busca levantar referências bibliográficas (GERHARDT, SILVEIRA, 2009) e a partir delas apresentar os estudos sobre a temática gênero, esportes e formação inicial no bacharelado em Educação Física, na produção acadêmica dos últimos 10 anos.

Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica de artigos nas bases de dados *Scielo*, *Google Scholar* e Periódico Capes, nessa ordem, com a temática gênero, esporte e formação, publicados na língua portuguesa. Utilizamos combinações com as seguintes palavras-chaves: gênero, esporte, prática esportiva, bacharelado, Educação Física, formação inicial, formação, graduação, currículo, no período 2013 a 2023, já que se considera no mínimo 10 anos o período para uma revisão ser considerada robusta. As palavras-chave foram combinadas das seguintes formas: Gênero AND Esporte, Gênero AND Prática Esportiva, Gênero AND Educação Física, Gênero AND Formação AND Educação Física, Gênero AND Currículo AND Educação Física, Gênero AND Formação Inicial AND Educação Física, Gênero AND Graduação AND Educação Física, Gênero AND Bacharelado AND Educação Física.

Os artigos foram selecionados com base no título e conteúdo do resumo. Foram descartados da amostra os trabalhos que não estivessem no formato de artigo, como teses, dissertações, etc. Também se descartou aqueles artigos que conversam com a licenciatura, campo escolar, escola, etc., visto que o foco deste trabalho é o bacharelado em Educação Física.

Assim, na plataforma *Scielo*, 40 artigos foram selecionados para leitura e análise do resumo, 16 no *Google Scholar* e 4 no Periódico Capes. Após a seleção dos artigos que conversam com a temática deste trabalho, obteve-se 20 artigos, sendo 7 na plataforma *Scielo*, 8 no *Google Scholar* e 1 no Periódico Capes, e 4 trabalhos adicionados manualmente. É importante salientar que devido aos poucos artigos encontrados, foi necessário procurar em outras bases de dados e periódicos artigos, livros e/ou trabalhos que conversassem com as temáticas, como forma de aprofundar as discussões neste trabalho. Isso significa que serão apresentados resultados e discussões acerca dos artigos encontrados nas três bases de dados supracitadas (16), como também esses 4 outros trabalhos buscados manualmente, ou por indicação da professora orientadora.

A lacuna foi notada principalmente na produção acadêmica que articule gênero, esportes e formação do bacharel em Educação Física. Portanto, foi notório o déficit de produção sobre

essa temática no campo do bacharelado, em oposição a maior disponibilidade de artigos sobre a licenciatura, levando em consideração os métodos priorizados nesta pesquisa bibliográfica.

Com base na análise de conteúdo (BARDIN, 2011), elencou-se três temáticas de categorização: A “‘História’ de ‘Mulheres’” e os esportes, que buscará discutir com base nos artigos aspectos historiográficos mais abrangentes da temática gênero e esportes; “Mulheres e gêneros nos esportes”, neste tema serão expostos em sua maioria estudos etnográficos e/ou que dialoguem com algumas modalidades esportivas vistas sob o ponto de vista de gênero; e, por último, em “Gênero, esportes e formação do bacharel em Educação Física” se discutirá a interrelação entre esses três termos, com foco na formação do bacharel em Educação Física. Essas temáticas foram construídas espontaneamente, a partir da leitura do material, portanto, a leitura não foi dirigida, mas sim exploratória. À medida que as informações constantes nos artigos se relacionavam, essas categorias temáticas surgiram.

O quadro 1 abaixo, elaborado pela autora, mostra as temáticas de categorização e os respectivos artigos que as compõe.

Quadro 1 – Artigos elencados em cada categoria temática.

A “História” de “Mulheres” e os esportes	Mulheres e gêneros nos esportes	Gênero, esportes e formação do bacharel em Educação Física
<p>GARCIA, C. C. O gênero e as práticas esportivas das mulheres. Alguns pontos de discussão em psicologia social e do esporte. <i>Psicologia Revista</i>, 27, 497–517. 2019. <a href="https://doi.org/10.23925/2594-3871.2018v27i3p497-517">https://doi.org/10.23925/2594-3871.2018v27i3p497-517</a></p> <p>GOELLNER, S. V. Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. <i>Tempo</i>, v. 19, n. 34, p. 45–52, jan. 2013.</p> <p>SILVEIRA, V. T., QUITZAU, E. A. Gênero e Sexualidade: Perspectivas para a história do esporte. <i>Revista Brasileira de Estudos de Homocultura (REBEH)</i>. V. 2 N. 6, 2019.</p> <p>GOELLNER, S. V. FEMINISMOS, MULHERES E ESPORTES: QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS SOBRE O FAZER</p>	<p>OLIVEIRA, F. V. C. de., RICCI, C. S. ., MARQUES, R. F. R. Desafios e oportunidades para a participação no futsal escolar extracurricular: percepções de alunas do ensino médio. <i>Pro-Posições</i>, Campinas, SP, v. 33, p. e20200059, 2022.</p> <p>CAMARGO, W. X. de, ALTMANN; H. “Deslocamentos políticos e de gênero no esporte”. <i>Revista Estudos Feministas</i>, Florianópolis, v. 29, n. 2, e80215, 2021.**</p> <p>SILVEIRA, R. da, STIGGER, M. P. Jogando com as feminilidades: um estudo etnográfico em um time de futsal feminino de Porto Alegre. <i>Revista Brasileira de Ciências do Esportes</i>, V. 35, N. 1, P. 179-194, JAN, 2013.</p> <p>FIGUEIRA, M. L. M.; GOELLNER, S. V. "Quando você é excluída, você faz o seu": mulheres</p>	<p>ANVERSA, A. L. B. SOUZA, V. F. M. de, OLIVEIRA, A. A. B. de. CONTRIBUIÇÕES PERCEBIDAS PELOS ESTUDANTES SOBRE O ESTÁGIO CURRICULAR NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL. <i>Journal of Physical Education</i>, v. 31, p. e3162, 2020.*</p> <p>GRECO, P. J. Construção da identidade profissional em educação física : da formação à intervenção, Juarez Vieira do Nascimento, Gelcemar Oliveira Farias, organizadoras. – Florianópolis : Ed. da UDESC, v. 2. p. 287–301. 2012.*</p> <p>RAMALHO, C. C., SANTOS, J. V. S. ., CARDOSO, F. DE S., PEREIRA, M. G. M. Gênero nos currículos dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física nas universidades públicas de Minas Gerais. <i>Motrivivência</i>, 34(65), 1–20. 2022.</p>

<p>HISTORIOGRÁFICO. <i>Movimento</i>, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 173–196, 2007. DOI: 10.22456/1982-8918.3554. Disponível em: <a href="https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/3554">https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/3554</a>.*</p> <p>MARTINS, M. Z.; SILVA, B. S. Incorporar meninas nas aulas de esporte: pensando possíveis articulações entre os estudos de gênero e a pedagogia do esporte. <i>Pensar a Prática</i>, Goiânia, v. 23, 2020. DOI: 10.5216/rpp.v23.59259. Disponível em: <a href="https://revistas.ufg.br/fef/article/view/59259">https://revistas.ufg.br/fef/article/view/59259</a>.**</p> <p>GOELLNER, S. V.; VOTRE, S. J.; MOURÃO, L.; FIGUEIRA, M. L. M. Lazer e Gênero nos Programas de Esporte e Lazer das Cidades. <i>LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer</i>, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, 2010. DOI: 10.35699/1981-3171.2010.815. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/815">https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/815</a>.*</p> <p>COSTA, F. S. da; SANTOS, A. M. dos. DIFERENÇA E IGUALDADE NAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPORTE. <i>HOLOS</i>, [S. l.], v. 5, p. 140–150, 2018. DOI: 10.15628/holos.2018.7607. Disponível em: <a href="https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7607">https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7607</a>.</p> <p>CAMARGO, W. X. de, ALTMANN; H. “Deslocamentos políticos e de gênero no esporte”. <i>Revista Estudos Feministas</i>, Florianópolis, v. 29, n. 2, e80215, 2021.**</p>	<p>e skate no Brasil. <i>Cadernos Pagu</i>, n. 41, p. 239–264, jul. 2013.</p> <p>NEPOMUCENO, L.; MONTEIRO, N. Desigualdades de gênero no esporte: narrativas sobre o lugar da mulher no surfe. <i>Revista Brasileira de Psicologia do Esporte</i>. 9. 2019 10.31501/rbpe.v9i2.10175.</p> <p>DOURADO, S. P. C.; TRIVILIN, M. I. Esporte e sociedade: gênero como categoria de análise na prática do xadrez. <i>Ponto Urbe</i>, 27. 2020.</p> <p>BANDEIRA, G. A.; MOREIRA, V. PENSAR A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E ESPORTE A PARTIR DO BOXE PRATICADO POR MULHERES. <i>(SYN)THESIS</i>, 14(1), 83–92. 2021. <a href="https://doi.org/10.12957/synthesis.2021.63749">https://doi.org/10.12957/synthesis.2021.63749</a></p> <p>ROSA, M. V., JITSUMORI, C. I. O., BORGES, A. M., RIBEIRO, M. E. M. “Mulheres e futebol: um estudo sobre esporte e preconceito”. <i>Revista Gênero</i>. Niterói. v. 21, n. 1, 2020.</p> <p>CARDOSO, F. L.; MARINHO, A.; PIMENTEL, G. G. DE A. Questões de gênero em universitários praticantes de esportes de aventura. <i>Revista da Educação Física / UEM</i>, v. 24, n. 4, p. 597–608, out. 2013.</p> <p>MARTINS, M. Z.; SILVA, B. S... Incorporar meninas nas aulas de esporte: pensando possíveis articulações entre os estudos de gênero e a pedagogia do esporte. <i>Pensar a Prática</i>, Goiânia, v. 23, 2020. DOI: 10.5216/rpp.v23.59259. Disponível em: <a href="https://revistas.ufg.br/fef/article/view/59259">https://revistas.ufg.br/fef/article/view/59259</a>.**</p>	<p><a href="https://doi.org/10.5007/2175-8042.2022.e83753">https://doi.org/10.5007/2175-8042.2022.e83753</a></p> <p>PELLUSO, J.; CECCHETTO, F.; RIBEIRO, F. M. L. Driblando a violência através do esporte: tensões na abordagem de gênero com jovens de um projeto social. <i>Revista Brasileira de Ciências do Esporte</i>, v. 43, p. e001021, 2021.</p> <p>MARTINS, M. Z.; SILVA, B. S. Incorporar meninas nas aulas de esporte: pensando possíveis articulações entre os estudos de gênero e a pedagogia do esporte. <i>Pensar a Prática</i>, Goiânia, v. 23, 2020. DOI: 10.5216/rpp.v23.59259. Disponível em: <a href="https://revistas.ufg.br/fef/article/view/59259">https://revistas.ufg.br/fef/article/view/59259</a>.**</p>
---	--	---

\* Artigos adicionados manualmente. \*\* Artigo presente em mais de uma categoria temática.

Fonte: Própria autora

Em seguida, em Resultados e Discussão, serão exploradas as ideias trazidas nas produções bibliográficas elencadas no quadro acima.



## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico será apresentado as ideias dos artigos selecionados na revisão bibliográfica. Os tópicos de discussão são: o primeiro A “‘História’ de ‘Mulheres’ e os esportes” onde se introduzirá os conceitos de gênero vinculados ao fenômeno esportivo, o segundo “Mulheres e gêneros *nos* esportes” em que os artigos, a maioria de natureza etnográfica, conversarão sobre desafios e resistências das mulheres em modalidades esportivas. E, por último, em “Gênero, esportes e formação do bacharel em Educação Física” se apresentará as discussões de gênero e esportes na formação inicial do bacharelado em Educação Física.

### 5.1. A “História” de “Mulheres” e os esportes

O principal propósito dos estudos de gênero “é desmontar o preconceito de que a biologia determina o feminino, uma vez que o cultural ou humano é uma criação masculina” (GARCIA, 2018, p. 500). A hierarquização de gênero conta com um aporte de crenças que determinam as características de gênero baseadas no sexo biológico e com isso se discriminam os direitos, condutas, atividades e espaços próprios de cada sexo (SAZSMAN, 1992, apud GARCIA, 2018). Por meio desta estrutura patriarcal<sup>2</sup>, embasada na história criada pelos homens, foi destinado às mulheres um papel de figuração, ligada ao lar, à maternidade, ao servir.

Em geral, o feminino foi representado por qualidades como a sensibilidade, a passividade, a submissão, a compreensão, a dependência, a falta de agressividade. O masculino foi relacionado a força, a agressividade, a trabalho, a êxito, a iniciativa. Essas ideias simplificadas da realidade, mas reforçadas cotidianamente, têm repercussões sobre como nos vemos a nós mesmos e aos demais (GARCIA, 2018, p. 201).

Silvana Goellner, em sua produção “Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades” (2013) analisa o gênero como ferramenta de análise no campo da história do esporte. Remontado à história, “no século XIX, as práticas esportivas estavam impregnadas de uma concepção de masculinidade que celebrava a competitividade e a dominação física” (GARCIA, 2018, p. 501), enquanto que para as mulheres da época vitoriana eram recomendados exercícios físicos de cunho terapêutico, com movimentos suaves, calmos, sem grande esforço, com vistas a uma suposta preservação de suas funções reprodutivas. Neste período imperava a noção de que os esportes eram incompatíveis com o destino feminino de serem mães, e destoava com a ideia de feminilidade vigente, de uma mulher meiga, passiva,

---

<sup>2</sup> Define-se como patriarcado as relações de poder estabelecidas entre os gêneros, em que prepondera o papel de subordinação feminina e superioridade masculina, em que as estruturas sociais estão pautadas.

frágil e elegante. Para Garcia (2018), “o mito da fragilidade física das mulheres é uma herança dessa ideologia e foi a base da institucionalização da diferenciação dos esportes segundo o gênero” (p.503).

Voltando-se o olhar aos estudos dos esportes, estes receberam contribuições importantes a partir dos estudos feministas, os quais denunciam a representação dos corpos femininos e masculinos pautados na ordem biológica e anatômica, uma vez que esses corpos estão atravessados por fatores sociais e culturais os quais determinam os papéis de gênero. Os estudos feministas foram, portanto, “determinantes para desconstruir muitos discursos e práticas que afirmavam hierarquias e poderes de determinados indivíduos e grupos” (GOELLNER, 2013, p. 48), entre elas, a ideia de que o esporte é um campo reservadamente masculino. Ao constatarmos a persistência de tais diferenças quanto ao gênero e os esportes, Goellner (2013) ressalta que a “inserção de aportes teórico-epistemológicos advindos dos feminismos no campo da pesquisa historiográfica possibilitou o surgimento de objetos de investigação outrora interditos, muitos deles analisados a partir das relações de gênero” (p. 47). Silveira e Quitzau (2019), são outras autoras que se debruçam no tema “história das mulheres”, ou melhor, “histórias” de “mulheres”<sup>3</sup>, e concordam com Goellner ao criticar a “história do homem” como sinônimo da “história da humanidade”, assim, “pesquisar histórias de mulheres no âmbito do esporte e da educação física tem se constituído como uma possibilidade investigativa de várias autoras e autores no Brasil” (GOELLNER, 2007, p. 174).

Segundo Martins e Silva (2020), apesar da comoção social acerca da importância das práticas de atividade física, os corpos identificados como femininos enfrentam uma maior desigualdade de oportunidade em relação aos masculinos, como também constata Goellner (et al 2010) quando observa as relações de gênero e os programas de esporte e lazer das cidades. Seu estudo mostra que nos dias atuais ainda persiste os desdobramentos da ideologia advinda dos séculos XVIII e XIX, ao notar que tratando das práticas de lazer, atividades físicas e esporte, os interesses femininos e masculinos são distintos. Em uma pesquisa na cidade de Porto Alegre, com objetivo de verificar a relação de homens e mulheres com as atividades de lazer e atividade física, em 149 questionários respondidos pelos homens adultos, o futebol foi a atividade mais mencionada. Notou-se ainda que apenas uma das respostas era ligada ao lar, enquanto a maioria referia-se aos esportes e divertimentos com amigos. Na mesma pesquisa, as mais de 50% das mulheres responderam não praticar quaisquer atividades de lazer, ou atividade física, e ainda

---

<sup>3</sup> Impossibilita falar de uma “história das mulheres”, já que as mulheres são plurais, portanto as maneiras de narrá-las podem ser muito diversas (GOELLNER, 2007).

que o fator preponderante desse cenário é a demanda de tempo exigida para as atividades do lar, por isso, não sobraria tempo para si mesmas. No público com idade inferior aos 14 anos, tanto meninas como meninos designaram os esportes e a diversão como atividade de lazer, de forma semelhante aos homens adultos, entretanto poucas meninas disseram preferir futebol e lutas. É necessário lembrar, ainda, que por algum tempo, houve, inclusive, legislação que proibia a prática de esportes pelas mulheres, o efeito dessas interdições é refletido até os dias atuais, como a persistência da dificuldade de acesso ao esporte e invisibilidade de mulheres esportistas.

Mais precisamente, no ano de 1941, um decreto-lei, assinado pela então Confederação dos Desportos (CDS), proibiu as mulheres de praticar ‘desportos incompatíveis com as condições de sua natureza’ (BRASIL, 1941), sendo que proibições legais se repetiram em 1965 e vigoraram até 1979 (BRASIL, 1979). De um ponto de vista feminista, pode-se afirmar que o direito à prática esportiva foi conquistado pelas mulheres no transcorrer de suas resistências e de uma resiliência ao longo do século XX, persistindo o enfrentamento de desigualdades de oportunidades e de acesso, abrindo caminhos para outros corpos esportivos (CAMARGO, ALTMANN, 2022, p.6).

Costa e Santos (2018) também se baseiam nas contribuições de Joan Scott sobre gênero como categoria analítica para observar suas imbricações nos esportes e citam o trabalho de Goellner (2013) para destacar o esporte como campo sexuado (vivido por ambos os sexos) e generificado (vivido por identidades femininas e masculinas). Ao falar de identidades femininas e masculinas, ao considerar o estudo das feminilidades, Goellner (2013) explicita duas correntes, decorrentes e complementares:

uma cujos estudos reafirmam as categorias identitárias homem e mulher, anulando as diferenças presentes em cada polo dessa representação; outra que, na contramão, enfatiza as divergências inerentes a cada uma dessas categorias binárias, evidenciando, portanto, a impossibilidade de se generalizar a mulher ou o homem (p. 49).

Enquanto a primeira distingue as características como femininas e masculinas de forma a binarizar suas representações, baseando-se na ideia dualidade dos sexos que emerge a partir do século XVIII (MARTINS, SILVA, 2020). A segunda, advinda dos estudos do feminismo pós estruturalista, evidencia a existência de uma diversidade de corpos e identidades que transitam entre esses dois polos.

Goellner (2013) conclui que apesar das contribuições dos estudos feministas, a produção acadêmica sobre o esporte e as relações de gênero ainda se encontram incipientes ou voltados às representações de masculinidade e feminilidade hegemônicas,

desse modo, a teorização *queer* tem se revelado uma fecunda possibilidade de ancoragem teórica, na medida em que opera com a desconstrução dos binarismos, inclusive aqueles que estão presentes nos estudos de gênero. Ao eliminarem do

horizonte analítico o determinismo biológico e os binarismos, tais estudos favorecem a aceitação da profusão de feminilidades e masculinidades, da permeabilidade entre as fronteiras corporais e a não fixação das identidades (p. 50 e 51).

Silveira e Quitzau (2019) explicam que a teoria *queer*, baseada no significado dessa palavra, denota anormalidade, desvio, perversão, neste sentido, essa teoria remonta às identidades desconstruídas, aquelas que desviam dos padrões hegemônicos masculinos e femininos. Assim sendo, Costa e Santos (2018) consideram, ainda, que é necessário “libertarmo-nos das amarras do binarismo sexual ainda tão presente em nossa sociedade” (p.184), uma vez que os corpos experimentam diversas representações entre o espectro de femininos e masculinos construídos socialmente.

Para algumas autoras (SILVEIRA E QUITZAU, 2019), torna-se latente a utilização de novas fontes historiográficas para as teorizações feministas, como a “história oral, a memória e a biografia” (p. 92), pois, baseadas em Walter Benjamin (1994), defendem que “há a necessidade de analisar, de maneira mais atenta, não o resultado final do tecido da história, mas sim, a construção da trama narrativa” (p. 92), possibilitando outras maneiras de conhecer e tecer a história.

Os esportes, quanto a sua historiografia, podem beneficiar-se das epistemologias feministas para analisar fenômenos a partir das categorias de gênero, contribuindo para a maior visibilidade das “histórias” femininas, logo, “reclamar às mulheres o direito de reivindicar o esporte como um espaço de exercício de liberdades que também é seu, mais do que um desafio acadêmico é, sim, uma necessidade política” (GOELLNER, 2007, p. 191).

A partir de agora, serão expostos estudos em que mulheres resistem e reivindicam seu espaço mesmo com os desafios e inviabilizações presentes num espaço dito masculino: os esportes.

## **5.2. Mulheres e gêneros nos esportes**

Por meio de entrevistas semiestruturadas e individuais, Oliveira, Ricci e Marques (2022) buscaram compreender as percepções de alunas do Ensino Médio que participam de futsal extracurricular numa escola em São Paulo, no que tange os desafios e oportunidades na prática desse esporte. O primeiro ponto a ser ressaltado é a oferta de um esporte dito masculino ser disponibilizado às garotas nessa instituição de ensino. O papel que esta escola assume com este

posicionamento é o de ser agente transformador e influenciador cultural naquele meio, ao desmistificar, à nível institucional, a prática do futsal por garotas.

Os desafios relatados nas entrevistas giram em torno da dificuldade de legitimação da prática do futsal por mulheres. As entrevistadas explicam que a visibilidade e status conferidos ao futsal praticado por meninos e homens é maior comparado aos das meninas e mulheres. O futsal é uma das modalidades esportivas as quais as mulheres foram proibidas de praticar no passado, assim como o futebol. Outro desafio mencionado é o estranhamento da sociedade frente à prática do futsal praticado por mulheres, isso porque, desde a infância algumas atividades são encorajadas aos meninos, principalmente aquelas relacionadas à força e virilidade, enquanto que para as meninas “restam” aquelas menos intensas e mais calmas. Esse juízo de valor se transporta às modalidades esportivas atribuídas socialmente aos gêneros, sendo que o futsal, historicamente, é geralmente mais incentivado aos meninos.

Outra resistência que essas garotas encontram no futsal se manifesta quando elas e eles jogam juntos. Quando uma das garotas se destaca jogando “melhor” que o grupo masculino há uma dificuldade de aceitação e legitimação, já que está enraizado na cultura daquele grupo que uma garota jogar melhor que os garotos não é “normal”. Portanto, quando uma garota performa melhor em atividades culturalmente ditas masculinas ela corre o risco de ser deslegitimada, conforme a seguinte fala de uma entrevistada: *“Eu fui a um clube e perguntei para os meninos se eu podia jogar com eles. Estava eu e uns primos meus. Aí eu consegui roubar a bola de um deles e outro falou assim: “Nossa, você está perdendo bola pra menina?” E ele falou assim: “Ah, eu estou deixando, né?”*. Nesta fala, fica explícito que este garoto se sentiu desonrado e com sua masculinidade questionada ou ferida frente à performance da garota.

Ainda acerca das adversidades que essas meninas relatam enfrentar, há a proibição por parte de pais e mães para que o/a filha pratique o futsal. Por meio da restrição familiar, muitas garotas vêm sendo privadas de experienciar algumas práticas esportivas. Por meio deste processo a sexualidade das praticantes também vem sendo questionada, quando se presume que meninas e mulheres que praticam algumas modalidades – como futebol e futsal – são homossexuais, por exemplo. As garotas entrevistadas neste estudo dizem se sentir incomodadas com tais vinculações preconceituosas.

Quanto às oportunidades, enquanto algumas famílias vêm limitando o acesso feminino a certas modalidades, outras famílias incentivam tais práticas. É o caso de algumas entrevistadas deste estudo de Oliveira, Ricci e Marques (2022), que relatam a influência cultural positiva vinda da

família, sendo que uma delas relata que a figura incentivadora foi o próprio pai. Este suporte merece ser destacado pois ajuda na adesão e aderência dessas pessoas ao futsal. O que também auxilia na manutenção da prática é a rede de apoio que este grupo feminino compartilha.

Neste gancho, Silveira e Stigger, também investigaram um time de futsal feminino em Porto Alegre, na busca por compreender como e porque essas garotas e mulheres se associam para a prática de um esporte equivocadamente fundamentado como masculino. Apoiados nos estudos etnográficos, observaram e participaram em treinos e jogos e além dos diários de campo, entrevistaram participantes da equipe. Alguns achados estão de acordo com Oliveira, Ricci e Marques (2022) no caso do futsal em São Paulo anteriormente discutido, por exemplo no que diz respeito a entrada das meninas no mundo esportivo, aqui o futsal, uma das entrevistadas informa que o incentivo do pai foi fundamental para que ela jogasse futebol.

Mesmo nem todas as jogadoras de futsal de Porto Alegre contarem com incentivo familiar, muitas continuaram praticando a modalidade. Assim, este time se constituiu, “se apropriando de uma maneira particular de praticar o futsal” (p. 185), em que está presente a busca pela vitória, êxito em competições, o “querer ganhar” típico do esporte de rendimento, acompanhado de momentos descontraídos, geralmente nos treinos do time que aproximam a prática ao lazer.

Relativo às questões de gênero e sexualidade, os autores perceberam que apesar da diversidade de feminilidades no grupo, quando esta manifestação se aproxima da masculinidade hegemônica, são mal vistas pelas praticantes, “elas acreditam que a masculinização das mulheres dentro do universo do futsal ‘rotula’ esse esporte” (p. 187). Aparentemente a preocupação entre elas é que o futsal continue sendo julgado como masculino, caso as meninas que o praticam se comportarem como masculinas. Apesar da justificativa acima, deve ser ressaltado que tal posicionamento pode soar preconceituoso, uma vez que legitimar os atributos hegemonicamente femininos no futsal não deveria excluir os atributos ditos masculinos, é necessário superar este binarismo.

Rosa, Jitsumori, Borges e Ribeiro (2020), em seu estudo, “Mulheres e futebol: um estudo sobre esporte e preconceito”, buscaram identificar preconceitos vividos por mulheres que praticam futebol através de questionários respondidos por 47 praticantes, são elas: ex-atletas e praticantes deste esporte em equipes de Camapuã e Campo Grande, municípios do Mato Grosso do Sul. Apesar dos desdobramentos dos movimentos feministas, como a emergência do conceito de gênero, as mulheres ainda sofrem sanções que se apoiam no sexo biológico de forma “extremamente normativa e reguladora dos corpos” (p. 194).

Mais uma vez, a participação da família como ferramenta de incentivo da prática dessas mulheres está presente, o que se relaciona com a maior aderência à prática, ou ausente, por meio de proibições ou de descontentamento, seja pelos familiares ou parceiros, configurando-se como restrições impostas a partir de preconceitos.

Outro aspecto preconceituoso abordado no artigo é a suspeita sobre a identidade de gênero e sexualidade de mulheres que praticam futebol. Uma das jogadoras relata que certa vez, foi ofendida ao entrar em campo, com gritos e xingamentos como “mulher macho”. Esse tipo de preconceito e a associação entre a prática de esportes ditos masculinos e a sexualidade homossexual de mulheres foram observadas em outros estudos, como o de Oliveira, Ricci e Marques (2022). Apesar de nem todas as praticantes do futebol serem, à priori, homossexuais,

pensando nas interlocutoras deste estudo, o futebol pode ser um espaço de expressão e legitimidade da sexualidade lésbica. Nele, as mulheres homossexuais podem se sentir mais à vontade e acolhidas em sua expressão sexual, visto que socialmente esse já é considerado um espaço de mulheres lésbicas (p. 206).

Mais um preconceito trazido por Jitsumori, Borges e Ribeiro (2020) - e em outros artigos dessa revisão, como o de Martins e Silva (2020) - , é a expectativa de que os esportes praticados por mulheres devem exaltar os padrões de beleza e estética esperados pela sociedade, “pois se a jogadora tem cabelo curto e/ou corpo forte, já é motivo para ser discriminada” (JITSUMORI, BORGES E RIBEIRO, 2020, p. 207).

Conclui-se com o artigo de Rosa, Jitsumori, Borges e Ribeiro (2020) que as mulheres enfrentam diversos preconceitos quanto á prática do futebol, no cenário brasileiro. As discriminações e ideais preconceituosos partem, não só da sociedade, mas de pessoas próximas às jogadoras, como familiares, parceiros, e até mesmo delas próprias, o que não é motivo de estranhamento, afinal também estão inseridas na estrutura patriarcal que constitui a sociedade.

Se a busca por igualdade de oportunidades entre femininos e masculinos já vem sendo pauta em muitos estudos e contextos, em um relato de Camargo e Altmann (2022), os autores expõem um caso onde a organização binária é colocada em xeque. Eles discorrem sobre a corredora sul-africana Caster Semenya, participante dos Jogos Olímpicos de 2016, diagnosticada com hiperandronismo, isto é, presença de parâmetros de testosterona semelhantes aos encontrados em homens biológicos. Sua condição traz algumas reflexões. Apesar de ter competido em categoria feminina, seu corpo encontra-se, fisiologicamente, dissonante com os aspectos femininos preconizados na categorização binária do esporte moderno. Outro exemplo é trazido no texto de Martins e Silva (2020), a atleta angolana de handebol, Teresa Almeida, “que chamou atenção nos Jogos Olímpicos de 2016 por possuir um corpo mais pesado que a média das

atletas” (p.16). Outros atributos corporais ditos masculinos, como membros superiores musculosos, são comuns também mediante a rotina de treinamento esportivo em diversas modalidades, como é o caso do boxe, no estudo de Bandeira e Moreira (2021) que constatam que uma estrutura física musculosa, enquanto admirada em corpos masculinos, não é bem vista em corpos femininos. Dessa forma, os atributos físicos de mulheres – atletas ou não – que se assemelham com a estrutura masculina, são questionadas mesmo que sejam fruto de uma predisposição genética ou fruto de treinamento.

Sendo assim, questiona-se como o esporte, da maneira que é estruturado, é capaz de lidar com estes corpos que não se enquadram no “ideal” de corpo binarizado. Essas e outras questões acerca da subjetividade dos corpos esportistas surgem e são pauta de estudos sobre os deslocamentos políticos do esporte: de onde veio, sabemos, mas para onde vai? Está claro que um dos desafios do esporte é conseguir “incorporar, equanimemente, corpos desviantes da norma, desgenerificados ou desidentificados, [...] que querem competir formal e profissionalmente – e não apenas participar. Trata-se da tão falada inclusão, mas principalmente de algo além disso” (p. 8).

Sobre os deslocamentos políticos e de gênero nos esportes, Camargo e Altmann (2021) ainda relembram quando, em 2017, Emily Lima, então técnica da seleção brasileira de futebol, fora demitida e isso fez com que muitas jogadoras viessem a se desligar da seleção, alegando que a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), “omitia suas vozes” através da estrutura masculina e patriarcal da CBF. Os autores explicam que há muito tempo as mulheres vêm se movimentando com vistas à transformação do esporte, entre eles o futebol, com relação a igualdade entre os gêneros e reconhecimento da prática feminina, tal qual as entrevistas do estudo de Oliveira, Ricci e Marques (2022), discutido anteriormente.

Acerca do reconhecimento e visibilidade da prática esportiva feminina, Figueira e Goellner (2013) se baseiam nos estudos feministas para analisar “os modos através dos quais skatistas constroem seus lugares de sujeitos no universo de tal esporte” (p. 239). O skate é uma das modalidades historicamente masculinas, portanto, neste artigo, as autoras buscam entender as estratégias que as skatistas brasileira utilizam para legitimar e visibilizar essa prática realizada por *elas*.

As fontes de análise incluem o site *Skate para Meninas*, entre outros sites, blogs, reportagens, publicações, documentação “referente à organização de campeonatos, circuitos, tours, oficinas, entre outros eventos” (p. 242). O *Skate para Meninas*, se constitui, além de um espaço de trocas

de informações, como uma estratégia para promoção de ações como encontros, campeonatos, etc. Por meio dele, outro blog, denominado *Unidas pelo Carrinho* surge com o objetivo de criar uma rede de apoio de skatistas do Brasil e do mundo, onde *elas* poderiam manifestar diversos assuntos que rodeiam a prática, como dicas, manobras, marcas, bem como dificuldades, enfim, todo o tipo de conteúdo sobre skate.

Conforme as autoras, a fundação da Associação Brasileira de Skate Feminino (ABSF)

foi determinante para a divulgação e a estruturação da modalidade, porque, além de representar um passo na institucionalização da modalidade, criou uma regulamentação específica para a participação em circuitos e campeonatos, conectando o skate feminino a instituições representativas do esporte nacional, como confederações e federações (p.247 e 248).

A fundação da associação também representou um enfretamento ao silenciamento feminino nas instituições oficiais de skate, como a Confederação Brasileira de Skate, a qual nunca sequer contou com uma mulher em seu quadro de dirigentes, e que em “seu site não há referência à existência do skate feminino e, apenas muito recentemente, incluiu o nome de algumas atletas vitoriosas em campeonatos nacionais e internacionais” (p.248). Com a criação da ABSF as mulheres skatistas dão um passo na intenção de apropriar-se da organização da modalidade e transformá-la em um território constituído *delas e para elas*. Por meio da iniciativa, passaram a investir em estratégias de visibilidade, através da “realização de encontros, tours, campeonatos, circuitos, buscando criar outras paisagens nas quais pudessem existir e ser vistas” (p.250), as autoras refletem que “talvez a melhor manobra protagonizada pelas skatistas tenha sido o movimento que fizeram não só para divulgar o esporte, mas, sobretudo, para legitimar sua realização” (p. 252).

Nepomuceno e Monteiro (2019), discorrem acerca do lugar das mulheres no surfe, por meio de entrevistas concedidas por praticantes na cidade de Fortaleza/CE. Em um primeiro tópico de análise, os autores percebem a diversidade de motivações pelas quais as mulheres se engajam neste esporte, assim como o futsal e o skate, de cunho masculinizado. Apesar das diferentes opiniões, uma motivação em comum descoberta foi o prazer conferido pela prática, evidenciando o seu valor na realização pessoal das participantes. Outra observação feita pelos autores é que o interesse na modalidade por parte do grupo entrevistado também diz respeito à afinidade pelas práticas aquáticas e praianas.

Corroborando com os estudos com as jogadoras de futsal de São Paulo e Porto Alegre (RICCI, MARQUES, RODRIGUES, 2022; SILVEIRA, STIGGER, 2013), as surfistas de Fortaleza indicam as influências determinantes de figuras masculinas, sejam familiares, amigos,

namorados e professores, no apoio à prática do surf. Mesmo considerando o viés machista do esporte, elas exaltam a importância dessas figuras.

Assim como o associativismo visto nos casos das jogadoras de futsal de São Paulo, Porto Alegre e as *skatistas*, as surfistas também destacam a importância de haver uma rede de cooperação entre as praticantes. Nesses casos, são valorizados o compartilhamento de experiências entre *elas*, a amizade, o apoio, portanto, “vários foram os discursos destacando a importância social da presença de outras mulheres influenciando na motivação para a prática e criando uma espécie de rede informal de colaboração entre as mulheres” (NEPOMUCENO, MONTEIRO, 2019, p. 108).

Outra característica em comum com as jogadoras de futsal, skatistas e surfistas é o tensionamento do discurso de que esses esportes – futsal, skate e surf- são restritamente masculinos. A presença dessas garotas nessas modalidades mostra que a força, resistência, agilidade exigidas nestes esportes são valências desejadas e encontradas em corpos que não se distinguem por sexo, gênero ou sexualidade.

Em um segundo tópico de análise, os autores elencam alguns obstáculos relatados pelas entrevistas. O primeiro é a exibição dos corpos em um ambiente de praia, para elas, os desafios são: “1) a vergonha de expor o corpo em um mundo social cheio de homens; e 2) sentir-se intimidada por não ter ainda o domínio das habilidades/capacidades exigidas no esporte” (p. 110), visto que esses desafios expressam o papel de dominância exercido pelos homens no contexto do surf, os autores evidenciam a violência simbólica de gênero presente neste contexto.

Uma vez que os padrões preconizados são aqueles pautados na performance tipicamente masculina hegemônica, as habilidades femininas são vistas como subalternas, pouco valorizadas, restando um local de inferioridade a *elas*, e mesmo quando performam similarmente aos padrões hegemônicos masculinos, ainda assim, são desacreditadas ou invalidadas.

Cardoso, Marinho e Pimentel (2013), buscaram comparar homens e mulheres praticantes e não praticantes de esportes de aventura – como o surf, skate, entre outros - com o intuito de identificar especificidades dentre os acadêmicos de um curso de graduação em Educação Física, e notaram, entre outras constatações, que as identidades masculinas do grupo pesquisado possuem maior afinidade que as femininas pelos esportes de aventura, o que se assemelha com outros estudos. Eles explicam que essa afinidade é desigual pois as preferências esportivas de

homens e mulheres são “produtos de uma construção social e histórica” (p. 603), em que as práticas de aventura, com forte tendência aos valores de coragem, superação de limites, perigo, culturalmente estão vinculados aos homens.

Baseando nos estudos etnográficos, Bandeira e Moreira (2021) buscaram compreender as manifestações das questões de gênero no boxe, para tanto, uma das autoras do artigo realizou uma observação participante em um ginásio de treinamento, dessa forma poderia incorporar os mais diversos aspectos da prática e observar intrinsecamente as questões de gênero que ali surgiam.

Durante o treinamento, ela observou diversas marcas das relações de gênero, a começar pela explícita proposição por parte dos homens em suavizar os golpes quando tinham como oponentes mulheres. Ainda, em outras circunstâncias, era dito pelo treinador que cobriam mais das mulheres, o que dava a entender que elas deveriam ser mais exigidas para alcançar o suposto nível *dos homens*. Segundo o relato de uma praticante, em uma conversa informal, havia uma atitude discriminatória por parte do treinador, que em muitas vezes assumia a premissa de que as mulheres eram frágeis e menos habilidosas: *“nos dávamos conta de que havia um tratamento diferenciado em quantidade e qualidade. Nunca entrávamos com os protetores de cabeça, ele sempre nos indicava fazer as mesmas coisas, sempre subíamos ao ringue e fazíamos grupo entre nós, nunca treinávamos com os homens”* (p.88). Além disso, outro desafio enfrentado por elas, é que muitas vezes as mulheres eram designadas como esposas, namoradas, mães, “reforçando a fixidez dos lugares de gênero e, também, naturalizando, para além da masculinidade, a heteronormatividade neste contexto esportivo” (p.88).

Observa-se que as atitudes do treinador, baseada em preceitos sexistas, comprometia o treinamento das mulheres daquele espaço, pois em um trecho do estudo é constatado que a quantidade e variedade de exercícios era menor para elas. Apesar da conduta discriminatória do treinador em questão, que mantinha um nível de atenção maior pelos praticantes masculinos do ginásio, haviam mulheres que demonstravam querer ampliar sua aprendizagem de treinamento. Muitas dessas mulheres compareciam ao ginásio em mais de um turno, e algumas almejavam inclusive fazer uma exibição ou tentar uma carreira amadora: “essas mulheres tinham o desejo de participar de exercícios de maior exigência e complexidade, tentando colocar os gestos e técnicas incorporados e procurando realizar o esporte em igualdade de condições com os demais companheiros” (p. 88).

Em uma experiência em um segundo ginásio, em outro bairro de Buenos Aires, a autora desse estudo percebeu distinções em relação ao primeiro. Apesar de o maior número de praticantes deste ginásio ser masculino, a atleta de referência era uma boxeadora profissional, vencedora dos títulos latino-americano na categoria superpluma da Confederação Mundial de Boxe. Entre outros comentários, o treinador sempre a elogiava: *“foi a primeira em tudo” e “é um exemplo de disciplina, trabalho e respeito. Não falta nunca”*, o respeito de seu professor e reconhecimento por parte dos colegas foi fruto de seu desempenho: *“esta experiência é comum entre as esportistas com distintos níveis de desenvolvimento em suas carreiras, que comentam que, ao mostrarem condições físicas e compromisso com o treinamento, começaram a ser respeitadas pelos treinadores e colegas”* (p.88 e 89).

Dourado e Trivilin (2020), analisam as relações de gênero na prática do xadrez, que “embora considerado um esporte intelectual, o que poderia significar maior equidade de gênero entre seus praticantes, é majoritariamente ocupado por homens”. Os discursos que classificam os esportes que exigem maior esforço físico como masculinas atribuem as características biológicas como justificativa para tal julgamento. Portanto, torna-se interessante pensar o caso desse esporte de tabuleiro. Caracteristicamente o xadrez não envolve grande dispêndio energético, nem movimentos mecânicos complexos, tampouco exige força ou rapidez. Então por que é, segundo as autoras do artigo, um esporte “majoritariamente ocupado por homens”?

Ora, para explicar tal questionamento, é preciso retornarmos à ideia de que o esporte vem sendo um campo tipicamente masculino. O xadrez, apesar de não ser composto de movimentos intensos, preconiza as habilidades intelectuais, como calculismo, frieza, racionalidade, diferentes das características emotivas, irracionais e descontroladas que os estereótipos de gênero normalmente atribuem ao feminino. Além do mais, “as mulheres partem de condições desiguais para participar das competições e alcançar postos de destaque no esporte, porque seu processo de socialização e treinamento tem patamares diferentes” (p. 12).

Em seu artigo, as autoras notam, ao analisar as relações de gênero no xadrez, visto que este esporte possui categorias mistas, o tensionamento e pressão existente quando um homem e uma mulher se enfrentam em um jogo. O ambiente enxadrístico conota uma superioridade masculina, tida como natural, que é fortemente abalada se uma mulher ganha de um homem, nesse caso, perder para uma mulher confere ao homem uma suspensão de sua própria masculinidade. Observa-se que este aspecto é ponto comum dentre os artigos desta revisão.

### 5.3. Gêneros, esportes e formação do bacharel em Educação Física

Este tópico visa considerar os processos de formação do bacharel em Educação Física em relação a articulação do gênero e esportes. Como vimos, a formação inicial em Educação Física, à nível bacharelado, se compõe de um processo estruturado sistematizadamente por conhecimentos e competências que o corpo discente deve adquirir para futura intervenção profissional, principalmente nas áreas de esporte, lazer e saúde. A identidade do profissional do bacharel em Educação Física é fruto dessa formação, e ainda apresenta correlação, com, entre outras coisas, as suas experiências prévias, motivações pessoais, participação em eventos científicos, como também no engajamento aos estágios (ANVERSA, SOUZA, BOTH, OLIVEIRA, 2020).

Tendo como enfoque o esporte e formação, adentrou-se ao estudo de Greco (2012), que busca elucidar os desafios dos estágios nos cursos de bacharelado em Educação Física com ênfase nos esportes coletivos. A Lei 11.788 (BRASIL, 2008) caracteriza o estágio como um ato educativo, desenvolvido no ambiente de trabalho, o qual visa à preparação para o trabalho produtivo, em outras palavras o estágio busca integrar os saberes teóricos à realidade da prática profissional.

O estudo de Greco aponta os diversos ensaios metodológicos para o ensino-aprendizagem dos esportes coletivos, entre eles podemos citar os métodos tradicionais (analítico, global, de confrontação direta, dos jogos pré-desportivos, misto, recreativo, para citar alguns exemplos), os métodos incidentais, como A Iniciação Esportiva Universal, ainda há os métodos voltados ao ensino dos jogos pela compreensão, entre outros. Complementarmente, quanto ao ensino dos esportes, Martins e Silva (2020) sugerem que a preconização dos gestos técnicos, a exemplo do método analítico-sintético, devem compartilhar lugar com as pedagogias que desenvolvam o sujeito *jogante* como centro do jogar, assim

deslocando a ênfase para a pessoa que joga e as pluralidades de significados e contextos que a cercam, refletimos sobre a existência e a necessidade de diversas pedagogias voltadas ao esporte, como forma de mediar seu ensino, de acordo com os distintos sujeitos, objetivos e apropriações para os quais ele se apresenta (p. 11)

Essa forma de ensinar o esporte pode ser um meio de inclusão de formas diferentes de vivenciar o esporte, tornando-o mais democrático e menos desigual.

Visando o protagonismo das sujeitas femininas nos esportes, Martins e Silva (2020) sugerem:

1) organização de eventos, como campeonatos, em que as meninas ocupem papéis pouco

atribuídos a elas, como árbitras, técnicas e capitães; 2) meninos e meninas cooperarem juntos, criando um ambiente em que as relações pessoais tornem o contexto mais confortável; 3) utilização de referências não normativas, como exemplos de jogadoras fortes, resistentes, enfim, que tensionem a ideia de fragilidade feminina; 4) problematização dos preconceitos, como a taxação de meninas esportivas como homossexuais, ou suspeição de sua identidade de gênero e sexual; como resultado final, busca-se “promover o engajamento das meninas por meio da educação esportiva para a transformação” (p. 17).

Ainda com relação às práticas pedagógicas que favoreçam as oportunidades entre os gêneros, por meio do estágio, “a combinação de possibilidades poderá constituir um ambiente produtivo de aprendizado no estágio, o qual se refletirá na intervenção do futuro profissional no mercado de trabalho” (GRECO, 2012, p. 297). Por meio deste e outros dispositivos de formação - ensino, pesquisa, extensão – o bacharelado poderá desenvolver a capacidade de discernir as melhores intervenções no contexto de atuação, tanto ao que diz respeito aos ensaios metodológicos, como às negociações sociais e culturais entorno deste fenômeno, aqui em ênfase as questões de gênero presentes nos territórios esportivos.

Nesta pesquisa bibliográfica, ao considerar somente os artigos encontrados nas bases de dados entre 2013 e 2023 (ou seja, excluindo-se o grupo dos trabalhos adicionados manualmente), com relação à formação docente de bacharéis em Educação Física, foi verificado que apenas 1 artigo teve como um de seus objetivos analisar a proposta curricular do curso de bacharelado em Educação Física, neste caso, o currículo das universidades públicas do estado de Minas Gerais, ao que diz respeito às questões de gênero em suas ementas, escrito por Ramalho, Santos, Cardoso e Pereira (2022). De cara, este único achado bibliográfico, nos últimos 10 anos, nas plataformas de banco de dados escolhidas, pode demonstrar que a pesquisa sobre formação do bacharel, gênero e esportes encontra-se como uma lacuna nas produções bibliográficas no Brasil.

Conforme Ramalho, Santos, Cardoso e Pereira (2022), o currículo elenca o conteúdo de assuntos os quais uma instituição de ensino deve abordar na formação do corpo discente, por meio das práticas pedagógicas dos professores e professoras. Na educação de nível superior, o ensino vinculado às exigências do currículo deve preparar os estudantes para atuação profissional na vida em sociedade. Ramalho e os outros autores, citam Saviani (2007, p. 35), ao discutir as características da formação em nível superior:

além do ensino superior destinado a formar profissionais de nível universitário (a imensa gama de profissionais liberais e de cientistas e tecnólogos de diferentes

matizes), formula-se a exigência da organização da cultura superior com o objetivo de possibilitar a toda a população a difusão e discussão dos grandes problemas que afetam o homem contemporâneo (apud RAMALHO et al, 2022, p. 4)

Podem haver distinções entre as matrizes curriculares de uma instituição de ensino superior para outra, contudo, deve estar em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional delega autonomia para as instituições de nível superior na elaboração curricular, porém deve-se notar que essa “autonomia” produz “um processo evidente de disputa de forças por meio dos saberes que devem ser aplicados ou não” (RAMALHO, et al, 2022, p. 5).

Com relação à Educação Física e gênero, os autores apontam o corpo como resultado de expectativas sociais, portanto ao falar da Educação Física, esta vem contribuindo na manutenção de um corpo preconizado no sistema capitalista. Se os valores capitalistas estão presentes nas aulas de Educação Física do nível superior, haverá, assim, o reforço a “naturalização da coisificação de pessoas por meio da sua cultura corporal” (p. 6), onde a Educação Física continua apoiando-se em valores positivistas, naturalistas, competitivos, hierarquizados e hierarquizantes que vêm privilegiando as identidades masculinas em detrimento das femininas. Por meio do currículo vem sendo possível identificar os valores esperados em uma sociedade, pois a partir dele serão formados os futuros profissionais e cidadãos. Como o currículo é um campo político, construído por sujeitos da sociedade, não pode ser neutro (RAMALHO, et al, 2022). A escolha do conteúdo abarcado no currículo perpassa por uma seleção de conhecimento que enquanto legitimam alguns, silenciam outros currículo vem sendo demarcado pela, assim o currículo vem sendo demarcado pela cosmovisão masculina.

Neste contexto, destacam-se as teorias pós-estruturalistas que criticam esse tipo de organização da Educação Física, vislumbrando uma transformação social possível através de perspectivas anticapitalistas que buscam enaltecer a liberdade de expressão dos corpos.

Após esta breve contextualização, advinda dos autores, serão expostos os resultados encontrados em sua pesquisa com 1234 ementas de oito instituições de ensino superior em Minas Gerais. Os autores fizeram “ buscas pela palavra gênero nas ementas das disciplinas e nos objetivos a serem alcançados ou ainda dentro dos conteúdos de cada disciplina” (p.8), assim, apurou-se 31 disciplinas que apresentam o termo, sendo 21 vezes nas ementas e 10 no objetivo ou conteúdo da disciplina. Os números são alarmantes, traduzem que, na prática, muitos profissionais “não terão contato com esse conhecimento, ao menos de forma normativa,

regulada pelo currículo da instituição” (p.11), ou seja, as normatizações curriculares dos cursos pesquisados não suprem a formação de profissionais preparados para lidar com essas questões. A necessidade de haver temas como estes nas ementas das disciplinas nas instituições de ensino superior se dá, entre outros motivos pelo cenário nacional de violência de gênero (e sexualidade), tanto na sociedade em geral como aquelas expressas nos campos de atuação do bacharel em Educação Física. Os autores consideram, finalmente, que essas questões urgem em serem problematizadas na formação dos futuros profissionais da área.

Aprofundando a análise do conteúdo de gênero e relacionando-o com os esportes, Ramalho, Santos, Cardoso e Pereira (2022) concordam com achados de outros autores elencados nesta revisão, ao atribuírem ao esporte a função social de transformador da realidade, onde as normas tradicionais e hierarquizantes são tensionadas e alteradas, com vistas à atender demandas sociais importantes, como a democracia de acesso e permanência dos gêneros femininos nas práticas esportivas, por muito tempo silenciada. Segundo as palavras dos próprios autores, a Educação Física “é uma ferramenta ímpar [...] que pode vir a servir a corrente conservadora vigente ou para uma resistência que vise a emancipação da sociedade (p.17).

Pelluso, Cecchetto e Ribeiro (2021), buscando observar a relação entre esportes e violência e capacidade de profissionais da Educação Física em lidar com essas questões, apoiou-se na etnografia para investigar como essa relação era expressa em um projeto social conotado Vencedores pelo Esporte (VE), que incentiva as práticas corporais esportivas em moradores da zona sul do Rio de Janeiro, principalmente nas regiões periféricas, conhecidas como favelas. O VE é desenvolvido pela Organização Não Governamental (ONG) que os autores chamaram ficticiamente de Virando o Jogo (VOJ), “cujo tema central é a equidade de gênero e a prevenção da violência” (p. 2). A proposta do VE se pautava fortemente na promoção de igualdade de gênero, analisando os documentos da VOJ, os autores deste trabalho relatam que

em suas primeiras linhas, afirmava que o esporte era a ferramenta principal para o desenvolvimento de habilidades que permitissem aos jovens o uso de “estratégias de comunicação não violenta” e que “estimulassem o protagonismo” e o “senso de pertencimento local”, transformando normas de gênero e combatendo a “violência baseada no gênero” (p. 3)

Tendo em vista esta proposta, os autores analisam os registros etnográficos produzidos por meio de diários de campo das atividades no VE. Os autores perceberam que durante a prática de esportes era comum a presença de comportamentos agressivos, xingamentos, incluindo, num episódio, falas que questionavam a masculinidade de dois garotos durante uma briga, e que estes comportamentos não eram debatidos e nem resolvidos por intermédio do profissional

responsável. Essa, entre outras situações, foram comumente vistas e pouco aprofundadas numa instituição onde dois pilares eram justamente os tensionamentos de gênero e violência. Ao observar a preponderância do ensino bancário dos esportes no VE, onde a técnica é o ponto mais importante a ser desenvolvido, os autores do artigo ponderam sobre como projetos como este poderiam realmente tensionar os problemas sociais (violência, neste caso), por meio dos esportes, sem que sejam levantados os aspectos sociais e culturais da prática esportiva. Eles concluem que a Educação Física, por meio de seus profissionais, tem a capacidade de “produzir o abalo necessário à reprodução da ordem social buscada pelo universo dos projetos sociais” (p. 7).

Para que o profissional de Educação Física seja capaz de ser sujeito de transformação, é necessário, portanto, que tenham formação específica para isso. Enquanto os esportes – e o ensino deles – se basearem em uma organização biológica, que vem preconizando os atributos masculinos, haverá poucos avanços sociais em suas manifestações, principalmente no que tange às identidades que não se enquadram na masculinidade hegemônica.

## 6. CONCLUSÕES

A presente pesquisa mostrou uma lacuna de produção acadêmica sobre a relação formação do bacharelado, gênero e esportes, o que aponta uma lacuna de estudos científicos na área e, portanto, mostra a necessidade de uma agenda acadêmica que conte com tais temáticas, principalmente quanto à formação no bacharelado em Educação Física. Sugere-se que pesquisas futuras investiguem o currículo dos cursos de bacharelado, com ênfase nas ementas das disciplinas de cunho esportivo, buscando observar as presenças e ausências das temáticas relacionadas à gênero e/ou sexualidade. Dessa forma, poderão ser levantados debates sobre como vem sendo formado o profissional em Educação Física no Brasil, com foco nas tratativas de gênero no meio esportivo.

A história da humanidade vem sendo contada por meio de uma visão masculina hegemônica, portanto, pode ser lida como a “história do homem”. As contribuições feministas a partir da pós-estruturalismo têm utilizado o gênero como categoria analítica para questionar esse modelo de organização da história. Entretanto, ao incluir o a história das mulheres neste contexto, antes de mais nada é preciso reconhecer que não se pode falar em história das mulheres de forma hegemônica, visto que as feminilidades são expressas de maneiras muito diversas – assim como as masculinidades. Essas constatações se transmutam para os esportes, uma vez que este fenômeno tem expressado, ao longo da história, valores intimamente ligados *socialmente* à masculinidade hegemônica. A ênfase na palavra *socialmente* não é à toa, pois as identidades de gênero – masculinas e femininas – devem ser entendidas como construções sociais. Neste sentido, as correntes de pensamento “queer” têm mostrado um potente meio de compreender as feminilidades e masculinidades, a partir da visibilização dos gêneros transitórios entre os extremos de representação.

A explicação biológica predominante sobre as questões de gênero vem sustentando desigualdades entre homens e mulheres há muito tempo. Nos esportes, por meio dos artigos elencados nessa revisão, notou-se desafios e barreiras para o *ser* mulher esportista, entre eles: discursos de esportes mais aptos para meninos e meninas, restrição ou proibição ao acesso aos esportes pela família, restrição ao maior nível de treinamento por treinadores e colegas, julgamentos preconceituosos, descredibilidade e invisibilidade. Apesar das dificuldades, as mulheres elencadas neste estudo buscaram garantir sua legitimidade e resistiram aos desafios encontrados. A própria permanência no esporte é uma resistência. *Elas* vêm ocupando e se apropriando cada vez mais dos locais ditos “inapropriados”.

O profissional de Educação Física atuante nos segmentos esportivos se apresenta como um importante agente frente à essas desigualdades. O profissional deve escolher entre atuar com ignorância a tais questões, contribuindo na manutenção de uma estrutura hierarquizante e violenta contra *as femininas*, ou então ser um agente de transformação social.

Para isso, entretanto, é necessário que a formação inicial (ou graduação) em bacharelado em Educação Física supra os conhecimentos e saberes para tal atuação. É preciso que o currículo, local de intensas disputas ideológicas, dê lugar aos estudos de gênero, entre outros marcadores sociais que há muito tempo tem privilegiado alguns grupos em detrimento de outros.

A transformação da formação inicial ainda tem muito o que enfrentar, como por exemplo expressões como “ideologia de gênero”, ou melhor, a “doutrinação ideológica de gênero”, para designar quaisquer representações não heteronormativas na cultura educacional (NICOLINO, 2020), isso vem causando opressão e terror à comunidade docente, em que docentes se sentem intimidados e criminalizados ao tratarem de gênero e sexualidade em suas práticas pedagógicas (NICOLINO, 2020, p.14). Além disso, a própria estrutura esportivista conta com um forte aporte biológico, principalmente no esporte de rendimento, mas também presente em outras manifestações, até então pouco tensionado nas disciplinas curriculares de ensino dos esportes no bacharelado em Educação Física.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMANN, H.; AYOUB, E.; AMARAL, S. C. F. Gênero na prática docente em Educação física: “meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar”? **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 19, v. 2, p. 491-501, 2011.
- ANVERSA, A. L. B. SOUZA, V. F. M. de, OLIVEIRA, A. A. B. de. CONTRIBUIÇÕES PERCEBIDAS PELOS ESTUDANTES SOBRE O ESTÁGIO CURRICULAR NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL. **Journal of Physical Education**, v. 31, p. e3162, 2020.
- ATHAYDE, P.; MASCARENHAS, F., FIGUEIREDO, P. O. F. de N., REIS, N. S. O esporte como direito de cidadania. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 2, abr./jun. 2016.
- BANDEIRA, G. A.; MOREIRA, V. PENSAR A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E ESPORTE A PARTIR DO BOXE PRATICADO POR MULHERES. (SYN)THESIS, 14(1), 83–92. 2021. <https://doi.org/10.12957/synthesis.2021.63749>.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENDRATH, E. A. Formação profissional em Educação Física no Brasil: um debate necessário. **Motrivivência**, (Florianópolis), v. 35, n. 66, p. 01-19, 2023. ISSN 2175-8042. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2023.e93291>.
- BITTENCOURT, D. **Relações de gênero na formação de professores/as de educação física**: entre o binarismo e a equidade. 2019. 178 p. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Universidade do Estado do Pará, UEPA, Belém/PA, 2019. Disponível em: [http://ccse.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/dissertacoes/14/daniella\\_rocha\\_bittencourt.pdf](http://ccse.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/dissertacoes/14/daniella_rocha_bittencourt.pdf). Acesso em: 2 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 5 de abril de 2004. Diário Oficial da União, 2004.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 6, de 18 de dezembro de 2018. Diário Oficial da União, 2004.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, 17 dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 9.696, 1 set. 1998.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CABRAL, D. P. **Relações de gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física e a necessidade de formação continuada**. 2013. Monografia (Especialização em Educação Física Escolar) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/461>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- CAMARGO, W. X. de, ALTMANN; H.. “Deslocamentos políticos e de gênero no esporte”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, e80215, 2021.
- CARDOSO, F. L.; MARINHO, A.; PIMENTEL, G. G. DE A.. Questões de gênero em universitários praticantes de esportes de aventura. **Revista da Educação Física / UEM**, v. 24, n. 4, p. 597–608, out. 2013.
- VARGAS, C. P.; CUNHA JUNIOR, C. F. F. da Currículo e Educação Física: uma análise do documento de Minas Gerais de 1978. **Cadernos de História da Educação**, v.17, n.3, p. 763-779, set.-dez. 2018.

COSTA, F. S. da; SANTOS, A. M. dos. DIFERENÇA E IGUALDADE NAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPORTE. **HOLOS**, [S. l.], v. 5, p. 140–150, 2018. DOI: 10.15628/holos.2018.7607. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7607>.

DAOLIO, J. Fenômeno social esporte na formação profissional em Educação Física, in: **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 11-15, 1998.

DOURADO, S. P. C.; TRIVILIN, M. I. Esporte e sociedade: gênero como categoria de análise na prática do xadrez. **Ponto Urbe**, 27. 2020.

FIGUEIRA, M. L. M.; GOELLNER, S. V. "Quando você é excluída, você faz o seu": mulheres e skate no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 41, p. 239–264, jul. 2013.

FIGUEIREDO, Z. C. C.; ALVES, A. A.; ANDRADE FILHO, N. F. A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CURRÍCULO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL. **Formação em Movimento** v.3, i.2, n.6, p. 520-541, jul./dez. 2021.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GARCIA, C. C. O gênero e as práticas esportivas das mulheres. Alguns pontos de discussão em psicologia social e do esporte. **Psicologia Revista**, 27, 497–517. 2019. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2018v27i3p497-517>.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre. **Editora da UFRGS**, 2009.

GOELLNER, S. V. Locais da memória: histórias do esporte moderno. **Arquivos em movimento**, v.1, n. 2, p. 79-86, jul./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. FEMINISMOS, MULHERES E ESPORTES: QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS SOBRE O FAZER HISTORIOGRÁFICO. **Movimento**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 173–196, 2007. DOI: 10.22456/1982-8918.3554. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/3554>.

GOELLNER, S. V.; VOTRE, S. J.; MOURÃO, L.; FIGUEIRA, M. L. M. Gênero e Raça: inclusão no esporte e lazer. Porto Alegre: Ministério do Esporte/**Gráfica da UFRGS**, 2009.

\_\_\_\_\_. Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. **Tempo**, v. 19, n. 34, p. 45–52, jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Lazer e Gênero nos Programas de Esporte e Lazer das Cidades. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, 2010. DOI: 10.35699/1981-3171.2010.815. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/815>.

GRECO, P. J. **Desafios dos estágios nos cursos de bacharelado em Educação Física: a questão dos esportes coletivos**. In: *Construção da identidade profissional em educação física: da formação à intervenção*, Juarez Vieira do Nascimento, Gelcemar Oliveira Farias, organizadoras. – Florianópolis : Ed. da UDESC, v. 2. p. 287–301. 2012.

KANE, M. J.; GREENDORFER, S. L. The media's role in accommodating and resisting stereotyped images of women in sport. In: CREEDON, P. J. (Ed.). *Women, media and sport*. Thousand Oaks, CA: **Sage**. 1994. p. 28-44.

- KREUGER, S. B.; RAMOS, P. Formação pedagógica no campo profissional da Educação Física: uma revisão integrativa a partir do bacharelado. **Motrivivência**, (Florianópolis), v. 35, n. 66, p. 01-20, 2023
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.
- MARINHO, A.; SANTOS, P. M. dos. Estágios curriculares nos cursos de bacharelado em Educação Física. In: Construção da identidade profissional em educação física: da formação à intervenção, Juarez Vieira do Nascimento, Gelcemar Oliveira Farias, organizadoras. – Florianópolis : **Ed. da UDESC**, v. 2. p. 235–261. 2012.
- MARQUES, R. F. R.; Almeida, M. A. B. de.; Gutierrez, G. L. Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. **Movimento**, Rio Grande do Sul, vol. 13, núm. 3, 2007, pp. 225-242
- MARTINS, M. Z.; SILVA, B. S. Incorporar meninas nas aulas de esporte: pensando possíveis articulações entre os estudos de gênero e a pedagogia do esporte. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 23, 2020. DOI: 10.5216/rpp.v23.59259. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/59259>.
- MEYER, D. E. E. **Gênero e educação**: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 9-27, 2003.
- MILISTETD, M.; DUARTE, T.; RAMOS, V.; MESQUITA, I. M. R.; NASCIMENTO, J. V. do. A APRENDIZAGEM PROFISSIONAL DE TREINADORES ESPORTIVOS: DESAFIOS DA FORMAÇÃO INICIAL UNIVERSITÁRIA EM EDUCAÇÃO FÍSICA. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 18, n. 4, out./dez. 2015.
- NEPOMUCENO, L.; MONTEIRO, N. Desigualdades de gênero no esporte: narrativas sobre o lugar da mulher no surfe. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**. 9. 2019 10.31501/rbpe.v9i2.10175.
- NICOLINO A., “Posso falar?” A profilaxia pedagógica e a desordem dos gêneros! Um estudo sobre os enfrentamentos produzidos no campo da educação física. WENETZ, Ileana; ATHAYDE, Pedro; LARA, Larissa (org). Gênero e sexualidade no esporte e na educação física. Natal: EDUFRN, 2020. (Ciências do esporte, educação física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE, v. 6). Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/29067> Acesso em 03 ago. 2021.
- OLIVEIRA, F. V. C. de ., RICCI, C. S., MARQUES, R. F. R. Desafios e oportunidades para a participação no futsal escolar extracurricular: percepções de alunas do ensino médio. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 33, p. e20200059, 2022.
- PARAÍSO, M. A. Gênero da formação docente: campo de silêncio no currículo. **Caderno Pesquisa**, n. 102, p. 23-45, 1997.
- PELLUSO, J.; CECCHETTO, F.; RIBEIRO, F. M. L. Driblando a violência através do esporte: tensões na abordagem de gênero com jovens de um projeto social. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, p. e001021, 2021.
- PNUD. **Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento** “Movimento é vida”. Brasília, 2017.

RAMALHO, C. C., SANTOS, J. V. S., CARDOSO, F. DE S., PEREIRA, M. G. M. Gênero nos currículos dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física nas universidades públicas de Minas Gerais. **Motrivivência**, 34(65), 1–20. 2022. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2022.e83753>

ROSA, M. V., JITSUMORI, C. I. O., BORGES, A. M., RIBEIRO, M. E. M. "Mulheres e futebol: um estudo sobre esporte e preconceito". **Revista Gênero**. Niterói. v. 21, n. 1, 2020.

SACRISTÁN, J. G. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, L. N. **Corpo, gênero e sexualidade**: educar meninas e meninos para além da homofobia. Florianópolis: Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91615>. Acesso em: 03 ago. 2021.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, S. A. P. S. **A atuação em esporte e seus desafios à formação profissional**. In: Construção da identidade profissional em educação física: da formação à intervenção, Juarez Vieira do Nascimento, Gelcemar Oliveira Farias, organizadoras. – Florianópolis : Ed. da UDESC, v. 2. p. 467–492, 2012.

SOUZA NETO, S. de.; ALEGRE, A. de N.; HUNGER, D.; PEREIRA, J. M. A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: UMA HISTÓRIA SOB A PERSPECTIVA DA LEGISLAÇÃO FEDERAL NO SÉCULO XX. **Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas**, v. 25, n. 2, p. 113-128, jan. 2004.

SILVEIRA, R. da, STIGGER, M. P. Jogando com as feminilidades: um estudo etnográfico em um time de futsal feminino de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Ciências do Esportes**, V. 35, N. 1, P. 179-194, JAN, 2013.

SILVEIRA, V. T., QUITZAU, E. A. Gênero e Sexualidade: Perspectivas para a história do esporte. **Revista Brasileira de Estudos de Homocultura (REBEH)**. V. 2 N. 6, 2019.

UNBEHAUM, S.; CAVASIN, S.; GAVA, T. **Gênero e sexualidade nos currículos de pedagogia**. In: Seminário internacional fazendo gênero – diásporas, diversidades, deslocamentos, 9., 2010, Florianópolis. Anais eletrônicos. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 1-10. Disponível em: [http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278171100\\_ARQUIVO\\_Gen\\_Sex\\_Curric\\_Ped\\_ST19\\_FG9.pdf](http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278171100_ARQUIVO_Gen_Sex_Curric_Ped_ST19_FG9.pdf). Acesso em: 03 ago. 2021.

WEEKS, J. **El malestar de la sexualidad**. Significados, mitos y sexualidades modernas. Madrid: Talasa, 1993.

**MARIA CLARA GRAZZIOTTI LOUZADA**

**AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPORTE E A FORMAÇÃO DE BACHARÉIS EM  
EDUCAÇÃO FÍSICA: ANALISANDO A PRODUÇÃO ACADÊMICA ENTRE 2013 E  
2023**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Bacharelado em Educação Física, do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Educação Física.

Aprovado em 20/12/2023.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



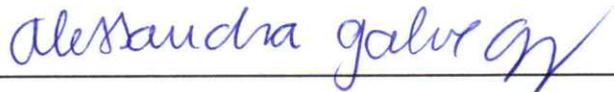
---

Profa. Dra. Ileana Wenez  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientador



---

Profa. Dra. Mariana Zuaneti Martins  
Universidade Federal do Espírito Santo



---

Profa. Dra. Alessandra Galve Gerez  
Universidade Federal do Espírito Santo